

The background is a solid dark teal color. It features a pattern of light teal geometric shapes, including circles, semi-circles, and squares, some of which are partially cut off by the edges. In the lower-left foreground, there is a stylized silhouette of a modern building with several vertical rectangular sections of varying heights. At the very bottom of the image, there is a horizontal band containing a complex, repeating pattern of thin, light teal lines that resemble a stylized architectural detail or a decorative border.

RELATÓRIO DE GESTÃO
DA 6ª COMPOSIÇÃO
DO CONSELHO DE
COMUNICAÇÃO
SOCIAL

RELATÓRIO DE GESTÃO
DA 6ª COMPOSIÇÃO
DO CONSELHO DE
COMUNICAÇÃO
SOCIAL

CONGRESSO NACIONAL

Mesa Diretora

Biênio 2025-2026

PRESIDENTE

Senador Davi Alcolumbre

1º VICE-PRESIDENTE

Deputado Altineu Côrtes

2º VICE-PRESIDENTE

Senador Humberto Costa

1º SECRETÁRIO

Deputado Carlos Veras

2º SECRETÁRIO

Senador Confúcio Moura

3ª SECRETÁRIA

Deputada Delegada Katarina

4º SECRETÁRIO

Senador Laércio Oliveira

SECRETÁRIO-GERAL DA MESA DO
SENADO FEDERAL

Danilo Aguiar

DIRETORA-GERAL

Ilana Trombka



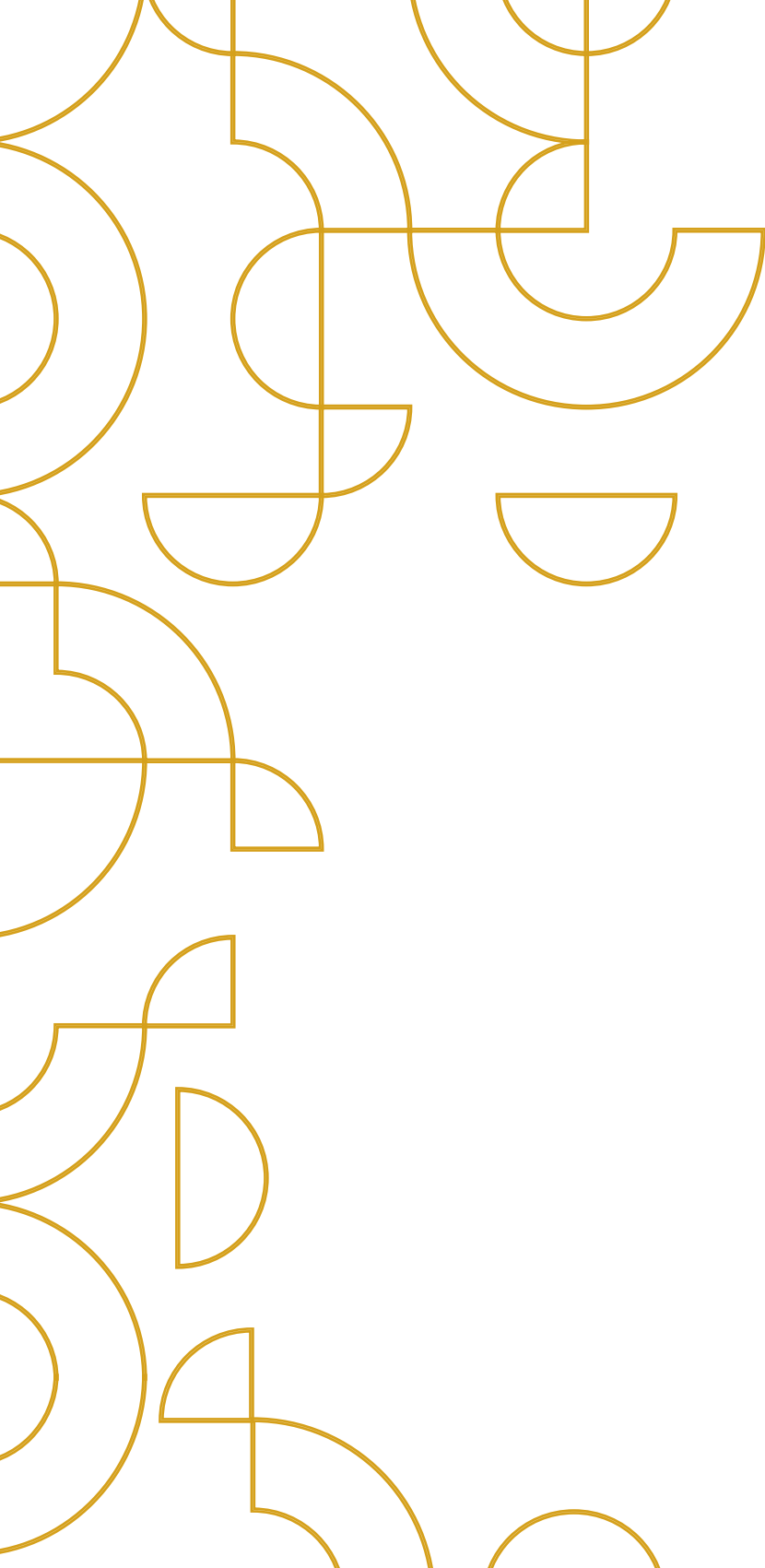
CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DA 6ª COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Brasília, 2025

APRESENTAÇÃO	7
6ª COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	13
ANÁLISE DAS INTERAÇÕES EM AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	15
SEMINÁRIO SOBRE EDUCAÇÃO MIDIÁTICA	21
PAINEL 1 — O QUE É EDUCAÇÃO MIDIÁTICA E SUA IMPORTÂNCIA: CENÁRIO E POLÍTICAS PÚBLICAS	24
PAINEL 2 — EDUCAÇÃO MIDIÁTICA NA PRÁTICA: EXEMPLOS E IMPACTOS	28
PAINEL 3 — EDUCAÇÃO MIDIÁTICA NO COMBATE À DESINFORMAÇÃO E NA VALORIZAÇÃO DO JORNALISMO E DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO	32
SESSÃO DE DEBATES TEMÁTICOS SOBRE O MARCO LEGAL DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	37
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS:	42
DISCUTIR O MARCO LEGAL DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	43
VIOLÊNCIA CONTRA PROFISSIONAIS DE COMUNICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL	47
COMBATE À DESINFORMAÇÃO E À DESCREDIBILIZAÇÃO DA IMPRENSA	51
DISCUTIR MECANISMOS DE COMBATE AO DISCURSO DE ÓDIO	55
DISCUTIR OS IMPACTOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA COMUNICAÇÃO SOCIAL	61
DISCUTIR A SUSTENTABILIDADE DA COMUNICAÇÃO SOCIAL	65
TV 3.0	69
REMUNERAÇÃO DO CONTEÚDO JORNALÍSTICO PELAS PLATAFORMAS DIGITAIS	73

REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE <i>STREAMING</i>	77
OS IMPACTOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA COMUNICAÇÃO SOCIAL	83
DEBATER O TEMA DA SAÚDE DOS PROFISSIONAIS DE COMUNICAÇÃO	87
REGULAÇÃO DAS REDES SOCIAIS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PROCESSO ELEITORAL	91
A REGULAMENTAÇÃO DAS PLATAFORMAS DE <i>STREAMING</i>	95
TV 3.0 E DTV+: O SISTEMA DE TV ABERTA ORIENTADO A APLICATIVOS	101
A REGULAÇÃO DO VOD (<i>VIDEO ON DEMAND</i>) NO BRASIL	107
REGULAMENTAÇÃO DA LEI Nº 15.100/2025 E O QUE VEM DEPOIS DA RESTRIÇÃO DE CELULARES NAS ESCOLAS	113
A REGULAÇÃO DAS REDES SOCIAIS	119
RECOMENDAÇÕES:	124
EM FAVOR DA LIBERDADE DO JORNALISTA JULIAN ASSANGE	125
PRINCÍPIOS, DIRETRIZES E PARÂMETROS PARA A SUSTENTABILIDADE DO JORNALISMO	127
ALTERAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CONGRESSO NACIONAL	135
ALTERAÇÃO DA LEI QUE INSTITUI O CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CONGRESSO NACIONAL	137
A NECESSIDADE DE REGULAMENTAÇÃO DO VÍDEO POR DEMANDA NO BRASIL	139
HISTÓRICO DO CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CONGRESSO NACIONAL	143
HOMENAGEM AO CONSELHEIRO FÁBIO MATEUS	149



APRESENTAÇÃO

O Conselho de Comunicação Social é um órgão auxiliar do Congresso Nacional previsto no art. 224 da Constituição Federal e instituído pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991, tendo como atribuição a realização de estudos, pareceres, recomendações e outras solicitações que lhe forem encaminhadas pelo Congresso Nacional a respeito do Título VIII, Capítulo V, da Constituição Federal.

Este relatório foi elaborado como marco final da sexta composição do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, servindo como desfecho de um ciclo desafiador e, ao mesmo tempo, profundamente significativo, que reafirmou o papel essencial da comunicação social na preservação e no fortalecimento da democracia brasileira.

De maneira simbólica, a última reunião ordinária da sexta composição ocorreu em 7 de abril — Dia do Jornalista —, data instituída em 1931 em homenagem ao centenário da abdicação de Dom Pedro I. A imprensa teve papel central nesse episódio histórico e o jornalista Líbero Badaró tornou-se símbolo de resistência ao publicar, em 1829, o artigo “Liberdade de Imprensa”, no qual criticava o autoritarismo do imperador.

Assassinado no ano seguinte, Badaró teria proferido, em seus últimos instantes, a frase que atravessou gerações: *“Morre um liberal, mas não morre a liberdade”*. Sua morte mobilizou a opinião pública, gerou protestos em todo o país e contribuiu para o processo que levou à abdicação do monarca.

O Dia do Jornalista, portanto, não é uma simples efeméride, carrega o peso da história e celebra não apenas uma profissão, mas uma postura diante do mundo — a de quem escolhe enfrentar o poder com a força da palavra, da investigação e da verdade. Assim, o Conselho reforça o compromisso com a liberdade de imprensa e com o reconhecimento de todos aqueles que dedicam suas vidas à construção de uma sociedade informada, crítica e livre.

A sexta composição do Conselho de Comunicação Social foi eleita em março de 2020, mas teve sua posse adiada em razão da pandemia da covid-19 — uma crise que foi, ao mesmo tempo, sanitária e informacional, e que evidenciou, como poucas vezes na história, a urgência de uma comunicação responsável, transparente e acessível.

As atividades do Conselho só foram retomadas oficialmente em 3 de maio de 2023, data emblemática: o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa. Foi um reencontro carregado de simbolismo, que selou o compromisso da sexta composição com os valores republicanos e com a defesa intransigente da liberdade de expressão.

Sob a presidência do senador Rodrigo Pacheco no Senado Federal e do deputado federal Arthur Lira na Câmara dos Depu-

tados à época da posse e, atualmente conduzidos, respectivamente, pelo senador Davi Alcolumbre e pelo deputado federal Hugo Motta, o Conselho contou com o apoio contínuo do Parlamento para cumprir sua missão constitucional: garantir um espaço técnico, plural e democrático de debate sobre a comunicação social no Brasil.

Ao longo da gestão efetiva e profícua da sexta composição, foram realizadas 27 reuniões, nas quais se adotou uma metodologia que privilegiou o diálogo e a participação: audiências públicas no turno da manhã e deliberações no período da tarde. Essas reuniões foram sempre pautadas pela seriedade, pelo compromisso institucional e pelo esforço de refletir, com profundidade, sobre os desafios da comunicação em tempos de transformação acelerada. Mais do que números, cada encontro foi um verdadeiro fórum de escuta, diálogo e formulação de ideias.

Foram debatidos temas de grande relevância para o presente e o futuro da comunicação do Brasil, como: a remuneração de conteúdo jornalístico por plataformas digitais; a regulamentação de serviços de streaming; a saúde dos profissionais da comunicação; a situação da Empresa Brasil de Comunicação; a chegada da TV 3.0; e, especialmente, os impactos da inteligência artificial no jornalismo e no processo eleitoral — tema que contou com a presença ilustre do senador Eduardo Gomes, então presidente da Comissão de Comunicação e Direito Digital do Senado Federal, e hoje vice-presidente do Senado Federal.

Destaca-se, ainda, a realização de um importante Seminário sobre Educação Midiática, promovido no auditório do Interlegis, com a presença de parlamentares, autoridades do Executivo, representantes da comunidade acadêmica e de organismos internacionais, como a UNESCO. O evento reforçou a urgência de formar cidadãos críticos, capazes de navegar com discernimento no ambiente digital.

Todo esse trabalho, feito de migalha em migalha, se consolida neste relatório de gestão, entregue em formato impresso e digital, como registro público e transparente das ações realizadas.

Em gesto de responsabilidade institucional, esta composição também antecipou à Presidência do Congresso Nacional sugestões para a nova formação do Conselho, visando assegurar a continuidade de um espaço estratégico para a democracia brasileira. Afinal, o Conselho de Comunicação Social é, acima de tudo, uma ponte entre o Parlamento e a sociedade. Um espaço de escuta, reflexão e construção coletiva. Em um tempo marcado pela radicalização do discurso público e pela substituição do debate de ideias por ataques pessoais, reafirmamos aqui o valor da convivência democrática e do diálogo respeitoso como pilares da vida republicana.

Talvez o maior legado desta composição seja este: a reafirmação de que o diálogo ainda é possível — e que ele faz diferença. Fortalecer a democracia exige reabilitar a política como arte do encontro e a comunicação como meio de entendimento, e não como arma de confronto. Que este relatório, que resume

parte do trabalho realizado pela sexta composição, inspire os próximos passos, e que o Conselho siga sendo um espaço de diálogo qualificado em prol de uma comunicação mais democrática, plural e cidadã.

Brasília, 7 de abril de 2025.

*Conselheiro Miguel Matos
Presidente da 6ª Composição do Conselho de
Comunicação Social do Congresso Nacional*



6ª COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

PRESIDENTE: Conselheiro Miguel Matos

VICE-PRESIDENTE: Conselheira Patrícia Blanco

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTEs
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Flavio Lara Resende	Guliver Leão
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Samir Nobre ¹	João Camilo Júnior ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Rafael Soriano ³	Júlio César Vinha ⁴
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Valderez Donzelli	Olimpio José Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Maria José Braga	Elisabeth Villela
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Antônio de Jesus da Silva	Edwilson da Silva

1 Eleito na sessão de 29.05.2024 para cargo vago em virtude da renúncia do conselheiro João Camilo Júnior.

2 Eleito na sessão de 29.05.2024 para cargo vago em virtude da renúncia da conselheira Juliana Noronha.

3 Eleito na sessão de 29.05.2024 para cargo vago em virtude da renúncia do conselheiro Ricardo Bulhões Pedreira.

4 Eleito na sessão de 29.05.2024 para cargo vago em virtude da renúncia da conselheira Juliana Toscano Machado.

5 Eleita na sessão de 29.05.2024 para cargo vago em virtude da renúncia da conselheira Zezé Motta.

6. Eleita na sessão de 29.05.2024 para cargo vago em virtude do falecimento do conselheiro Fábio Mateus.

7 Eleito na sessão de 29.05.2024 para cargo vago em virtude da renúncia da conselheira Angela Cignachi.

8 Eleita na sessão de 29.05.2024 para cargo vago em virtude da renúncia do conselheiro Luis Roberto Antonik.

9 Eleita na sessão de 29.05.2024 para cargo vago em virtude da renúncia do conselheiro Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães.

Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Ana Flávia Cabral ⁵	Débora Duboc ⁶
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Sonia Santana	Luiz Antonio Gerace
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Matos	Marcus Bennett ⁷
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Patrícia Blanco	Renato Godoy
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Davi Emerich	Bia Barbosa
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Angela Cignachi ⁸	Daniel Queiroz
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fabio Andrade	Camila Leite ⁹



Cerimônia de posse da 6ª Composição do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional.

Conselheiro Daniel Queiroz, conselheira Angela Cignachi, conselheiro Edwilson Silva, conselheiro Luiz Antonio Gerace, conselheiro João Camilo Júnior, conselheiro Olimpio José Franco, conselheira Valderez Donzelli, conselheiro Fábio Mateus, conselheiro José Antônio de Jesus, conselheira Sonia Santana, conselheiro Davi Emerich, senador Rodrigo Pacheco (presidente do Congresso Nacional), conselheiro Miguel Matos, conselheiro Renato Godoy, conselheiro Flávio Lara Resende, conselheiro Fabio Andrade, conselheiro Guliver Augusto Leão, conselheira Maria José Braga e senador Jaques Wagner.

ANÁLISE DAS INTERAÇÕES EM AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Neste tópico, apresentamos um panorama consolidado das interações dos cidadãos nas audiências públicas realizadas pelo Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional durante o mandato 2023–2025. Com base nas contribuições enviadas por meio do portal e-Cidadania, há uma síntese dos temas mais debatidos, da média de participação por evento, dos estados mais ativos, dos principais posicionamentos da sociedade e do alcance nacional das discussões.

O conteúdo foi gerado por inteligência artificial com base nas interações dos cidadãos nesses eventos. Ele apresenta uma análise automatizada das principais opiniões, preocupações e temas debatidos, buscando oferecer um panorama geral das discussões.

Ressaltamos que, embora tenha passado por revisão humana, este relatório pode conter imprecisões ou interpretações que não reflitam integralmente o contexto das interações.

Este documento não representa posicionamento oficial e não substitui análises detalhadas realizadas por especialistas.

DESTAQUES:

- Audiências públicas analisadas: 15;
- Total de perguntas e comentários recebidos: 1.797;
- Participação média por audiência: 120;
- Participações oriundas de todos os 26 estados e do Distrito Federal;
- Maior volume de interações em uma única audiência: 311 (Tema: Regulação das Redes Sociais e da Inteligência Artificial no Processo Eleitoral – agosto/2024).

PROPOSTAS E SUGESTÕES RECORRENTES DOS CIDADÃOS:

- Regular o uso da inteligência artificial, com foco em ética, transparência e responsabilização;
- Valorizar o jornalismo profissional, com remuneração justa e incentivos à produção nacional;
- Combater a desinformação com campanhas educativas, e não apenas com medidas punitivas;
- Incluir conteúdos pedagógicos e interativos nas novas tecnologias de TV;
- Preservar empregos e garantir segurança no uso da IA;
- Buscar equilíbrio entre regulação e liberdade de expressão;
- Assegurar o uso responsável e pedagógico de celulares nas escolas.

TEMAS COM MAIOR DIVERGÊNCIA DE OPINIÕES:

Alguns temas apresentaram forte divisão entre os participantes, especialmente:

- Regulação das redes sociais e da IA:

Silvio S. (MT): “Regulação é censura e ponto final! Nos anos 80 lutei contra a censura e continuo lutando!”

Josimara S. (BA): “A regulação das redes sociais e da inteligência artificial no processo eleitoral é fundamental para garantir a integridade e transparência.”

- Remuneração do conteúdo jornalístico:

Antonio G. (RJ): “Sou absolutamente contrário a qualquer tipo de remuneração obrigatória por parte das Plataformas Digitais aos Meios Jornalísticos!!!”

Atuzilis G. (DF): “O objetivo da lei é nobre, pois remunera o trabalho do profissional [que produz o conteúdo] jornalístico. O que a lei deverá coibir é o monopólio da informação.”

- Restrição de celulares nas escolas:

Alexandra D. (RJ): “Sou professora da rede pública e já pude observar mudanças: crianças brincando, conversando e interagindo. Estão mais tranquilos.”

Aginaldo D. (SP): “Na minha opinião, é um retrocesso, só falta dizer que os alunos devem voltar a usar tabuletas de madeira e pedras de giz.”

PARTICIPAÇÃO POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO:

Foram registradas participações de todas as 27 unidades da federação, porém algumas UFs se destacaram com maior número de interações, conforme a tabela abaixo:

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	PARTICIPAÇÕES
São Paulo (SP)	454
Rio de Janeiro (RJ)	285
Distrito Federal (DF)	162
Minas Gerais (MG)	151
Rio Grande do Sul (RS)	95
Santa Catarina (SC)	87
Bahia (BA)	78
Paraná (PR)	75
Pernambuco (PE)	65
Mato Grosso (MT)	55

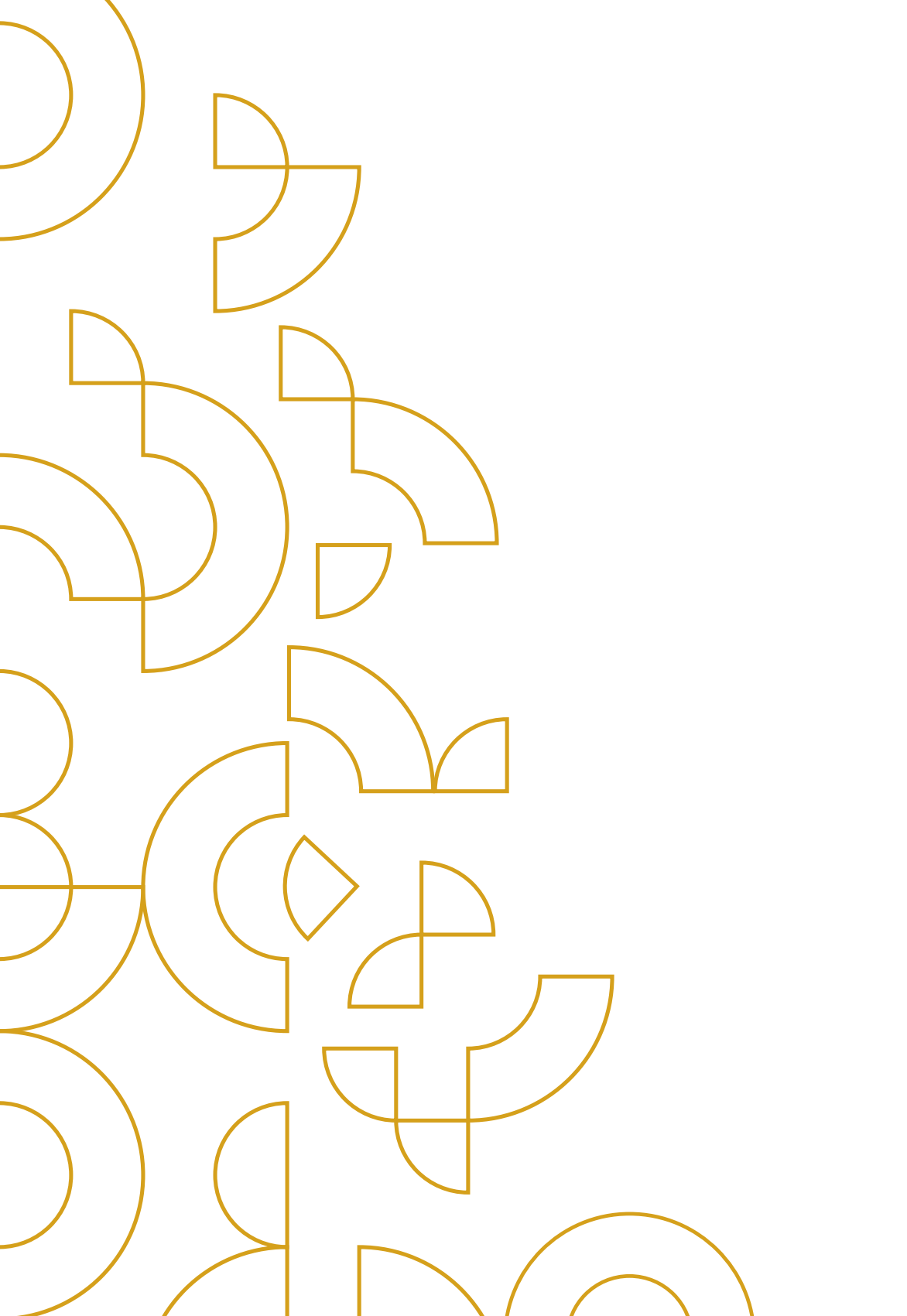
CLASSIFICAÇÃO POR EIXO TEMÁTICO:

EIXO	TEMAS MAIS ABORDADOS
Regulação digital	<i>Streaming</i> , redes sociais, plataformas digitais
Liberdade de expressão	Discurso de ódio, regulação eleitoral
Inovação tecnológica	IA, TV 3.0, DTV+, interatividade
Comunicação pública	Sustentabilidade, financiamento do jornalismo
Valorização profissional	Saúde dos comunicadores, aposentadoria especial

CONCLUSÃO:

As audiências públicas do Conselho de Comunicação Social entre 2023 e 2025 demonstraram a relevância da escuta ativa da sociedade civil na formulação de políticas públicas para o setor da comunicação. A amplitude temática, o engajamento em todas as regiões do país e a diversidade de posicionamentos revelam um público atento, crítico e comprometido com os rumos do Brasil democrático.

O alto volume de interações — quase 1.800 contribuições em 15 eventos — reforça a importância de canais permanentes de participação, como o e-Cidadania, e confirma o papel central do CCS como espaço de diálogo plural, transparente e técnico sobre os desafios da comunicação no século XXI.



SEMINÁRIO SOBRE EDUCAÇÃO MIDIÁTICA

DATA DE REALIZAÇÃO: 8 DE ABRIL DE 2024

ÍNTegra: <https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/767/reuniao/12427>

MESA DE ABERTURA:

Conselheiro Miguel Matos

PRESIDENTE DO CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
DO CONGRESSO NACIONAL

Conselheira Patrícia Blanco

VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO DE COMUNICAÇÃO
SOCIAL DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Izalci Lucas

João Brant

SECRETÁRIO DE POLÍTICAS DIGITAIS DA SECRETARIA DE
COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

RESUMO DA MESA DE ABERTURA:

O secretário de Políticas Digitais da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, João Brant, iniciou os pronunciamentos. Brant agradeceu o convite e destacou a relevância do tema da educação midiática, mencionando que a discussão sobre a importância de cidadãos críticos em relação ao conteúdo e à esfera pública democrática já existe há cerca de 40 anos. Ele enfatizou que a educação midiática se insere em um conjunto de ações para promover um ambiente digital seguro para todos, protegendo e promovendo direitos individuais e coletivos, equilibrando a liberdade de expressão e o acesso à informação com a proteção de crianças e adolescentes. Brant ressaltou o caráter suprapartidário do tema e a necessidade de promover a integridade da informação, entendida como um conjunto de informações confiáveis para as decisões dos cidadãos, seguindo referências internacionais. Ele também mencionou a articulação do governo federal, inclusive com o MEC, para fortalecer o uso seguro e saudável das redes por crianças e adolescentes, com uma meta de formação de educadores e profissionais de saúde em educação midiática. Brant parabenizou a iniciativa do seminário como um passo importante para a promoção da cidadania digital e se colocou à disposição para o avanço da agenda.

A vice-presidente do Conselho de Comunicação Social, Patrícia Blanco, reforçou a urgência, necessidade e extrema relevância da educação midiática para o momento atual. Ela destacou que trabalhar no desenvolvimento do pensamento crítico em relação ao consumo de informação é uma questão de sobrevivên-

cia na hiperabundância informacional. Blanco mencionou a frase de Paolo Celot, enfatizando que ser educado midiaticamente não é mais uma vantagem, mas uma desvantagem debilitante não ser. O objetivo do seminário, segundo ela, é alertar para esse fato e trazer o estado da arte da educação midiática no Brasil, integrando o trabalho acadêmico e as políticas públicas para levar essa prática às salas de aula. Blanco citou exemplos de sucesso da educação midiática chegando a estudantes de diferentes níveis de ensino. Ela concordou com o secretário João Brant sobre a importância da educação midiática como algo protetor e promotor de direitos, essencial para o desenvolvimento do cidadão e o exercício da liberdade de expressão com ética e responsabilidade no ambiente democrático. Blanco agradeceu a todos os presentes e colocou o Instituto Palavra Aberta e o Conselho de Comunicação Social à disposição para dar sequência ao debate e alcançar todos que precisam desse direito fundamental.

O presidente do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, Miguel Matos, sublinhou o compromisso do Conselho com as mudanças dinâmicas do ambiente informacional e suas profundas implicações na sociedade. Ele mencionou o recente debate envolvendo o antigo Twitter e um ministro do Supremo Tribunal Federal como exemplo. Matos reconheceu que as novas tecnologias democratizam o acesso à informação, mas enfatizou que os indivíduos não podem ser meros receptores passivos, devendo atuar ativamente na construção do conhecimento. Ele expressou a expectativa de que o seminário ofereceria painéis relevantes sobre a educação midiática, suas práticas e seu

papel no combate à desinformação e na valorização do jornalismo, agradecendo a participação de todos.

Por fim, o senador Izalci Lucas parabenizou o Conselho pela iniciativa do seminário, considerando-o urgente e oportuno. Ele ressaltou a seriedade do debate sobre o uso das novas tecnologias e seus impactos na economia, sociedade e direitos, mencionando a importância de políticas públicas em educação midiática para desenvolver a habilidade de leitura crítica e participação ativa no mundo conectado. Lucas também enfatizou a necessidade de tratar do combate à desinformação e da defesa da liberdade de expressão, considerando o impacto desses temas no dia a dia e nas futuras gerações, concluindo que a comunicação envolve informação e educação. Ele também aproveitou a oportunidade para parabenizar os jornalistas pelo seu dia. A Mesa de Abertura estabeleceu assim o tom para as discussões subsequentes do seminário, focando na centralidade da educação midiática no contexto informacional contemporâneo.

PAINEL 1

O QUE É EDUCAÇÃO MIDIÁTICA E SUA IMPORTÂNCIA: CENÁRIO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Conselheiro João Camilo Júnior

MODERADOR

Mariana Filizola

COORDENADORA-GERAL DE EDUCAÇÃO MIDIÁTICA DA
SECRETARIA DE POLÍTICAS DIGITAIS DA SECRETARIA DE
COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Ana Dal Fabbro

COORDENADORA-GERAL DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

Adauto Soares

COORDENADOR DO SETOR DE COMUNICAÇÃO E
INFORMAÇÃO DA UNESCO NO BRASIL

Daniela Costa

COORDENADORA DE PESQUISA NO CENTRO REGIONAL DE
ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA
INFORMAÇÃO (CETIC.BR|NIC.BR)

RESUMO DO PAINEL 1:

O conselheiro João Camilo Júnior abriu o painel enfatizando que a educação midiática, embora possa parecer um clichê, é uma realidade e uma verdade que precisa sair do papel e do campo do debate para se concretizar. Ele destacou que o Brasil já possui exemplos práticos e é uma referência mundial em educação midiática, embora ainda haja muito a desenvolver. O objetivo do painel era alinhar o entendimento sobre o que é educação midiática e sua importância, convidando especialistas da área.

Mariana Filizola, coordenadora-geral de Educação Midiática da Secretaria de Políticas Digitais da Secom, apresentou a perspectiva das políticas públicas para a educação midiática desenvolvidas pela Secretaria. Ela explicou que a educação midiática é um pilar estratégico para a cidadania digital, considerando a prioridade do tema no campo da comunicação. Filizola ressaltou a parceria com o MEC e mencionou dados da pesquisa TIC Kids, mostrando que, apesar de muitos jovens autoavaliarem sua capa-

cidade de verificar informações *online*, há um desconhecimento em relação aos algoritmos e à dinâmica do ambiente digital. Ela destacou que a educação midiática já está presente na BNCC e que a Secom atua na articulação e inserção do tema nas políticas do MEC. Filizola apresentou a Estratégia Brasileira de Educação Midiática, a 1ª Semana Brasileira de Educação Midiática e a ambiciosa meta de formação de profissionais da educação e saúde em parceria com o MEC e o Ministério da Saúde. Ela também citou iniciativas como a inclusão do tema no Programa Nacional do Livro Didático e a previsão da primeira edição das Olimpíadas de Educação Midiática. Filizola enfatizou que a agenda é urgente, mas precisa ser construída com robustez.

Ana Dal Fabbro, coordenadora-geral de Tecnologia e Inovação da Secretaria de Educação Básica do MEC, abordou a integração da educação midiática nos currículos e políticas do Ministério. Ela mencionou que o tema está presente na BNCC e na Política Nacional de Educação Digital de 2023, que tornou obrigatório um novo componente de educação digital nos currículos. Dal Fabbro destacou o desafio de aprofundar o debate e trazer o tema de forma mais presente no dia a dia das escolas, bem como a importância da formação continuada de professores para usar a tecnologia pedagogicamente e desenvolver uma leitura crítica do mundo digital. Ela ressaltou a integração da educação midiática no Programa Nacional do Livro Didático, inclusive com um livro específico sobre educação digital para o ensino médio, e a reestruturação do MEC RED para oferecer mais recursos sobre o tema.

Adauto Soares, coordenador do Setor de Comunicação e Informação da Unesco no Brasil, lembrou a longa trajetória da discussão sobre educação midiática e informacional. Ele mencionou a tradução do primeiro currículo de alfabetização midiática e informacional para o português em 2013. Soares destacou a importância de se pensar tanto no acesso e avaliação da informação quanto na educação para a publicação responsável de conteúdo. Ele enfatizou que a educação midiática tem como base o conhecimento acumulado na educomunicação e que a novidade reside nas questões de informação. Soares também abordou a urgência do tema diante da disseminação de informações confusas e da necessidade de desenvolver um pensamento racional e crítico.

Daniela Costa, coordenadora de pesquisa no Cetic.br, trouxe dados da pesquisa Kids Online Brasil, mostrando uma autoavaliação positiva de crianças e adolescentes em relação à seleção e verificação de informações *online*, mas um desconhecimento sobre algoritmos. Ela apontou a importância de inserir esses temas no currículo de forma constante e não apenas em situações sensíveis. Costa também ressaltou o papel dos pais responsáveis e a necessidade de um olhar especial para as escolas públicas, que atendem as classes D e E, em relação ao apoio oferecido sobre o tema. Ela enfatizou a importância de ações conjuntas para preparar crianças, adolescentes e seus responsáveis para uma participação segura e aprimorada nos ambientes digitais.

PAINEL 2

EDUCAÇÃO MIDIÁTICA NA PRÁTICA: EXEMPLOS E IMPACTOS

Conselheiro Daniel Queiroz

MODERADOR

Mariana Ochs

COORDENADORA DO EDUCAMÍDIA

Tereza Lana

ESPECIALISTA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCADORA SOCIAL DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL

João Alegria

SECRETÁRIO-GERAL DA FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO / CANAL FUTURA

Aberson Carvalho de Sousa

SECRETÁRIO DO CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO E SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DO ESTADO DO ACRE

RESUMO DO PAINEL 2:

O conselheiro Daniel Queiroz destacou que o painel focaria em exemplos práticos e nos impactos da educação midiática, complementando a discussão conceitual do painel anterior. Ele lembrou que a história da educação para as mídias no Brasil não é recente, mencionando ações em mídia-educação, alfabetização midiática e informacional com o currículo da Unesco, e o campo da educação midiática. O objetivo era mostrar como a educação midiática promove a participação responsável e fortalecedora dos jovens no ambiente de comunicação.

Mariana Ochs, coordenadora do EducaMídia, apresentou a atuação do instituto em diversas frentes, incluindo a divulgação da causa, criação de recursos, parcerias com a sociedade civil, capacitação de educadores e assessoria técnica a órgãos do governo. Ela enfatizou a necessidade de adotar uma definição ampla de educação midiática, indo além do combate à desinformação para desenvolver habilidades para um ambiente com muitas complexidades. O EducaMídia estrutura seu trabalho definindo os direitos e deveres do cidadão conectado e buscando desenvolver habilidades em letramento da informação, análise crítica das mídias, autoexpressão, fluência digital responsável e participação responsável. Ochs apresentou números expressivos de pessoas alcançadas por seus programas e destacou o carro-chefe, um curso de formação que já certificou mais de 2 mil educadores. Ela mencionou parcerias com estados e municípios, a participação na construção de documentos de referência como a Estratégia Brasileira de Educação Midiática e a parceria com o Google Search para nacionalizar materiais. Ochs reforçou que a educação midiática é um direito e uma necessidade para escolhas livres, bem-informadas e para a participação ética e responsável na sociedade democrática.

Aberson Carvalho de Sousa, secretário do Conselho Nacional de Secretários de Educação e secretário de Educação, Cultura e Esportes do Estado do Acre, compartilhou os desafios da educação com o advento da pandemia e a necessidade de conectar escolas e estudantes remotamente. Ele mencionou o uso de diversas ferramentas, como WhatsApp, materiais impressos e plataformas

online, além de parcerias como a com o EducaMídia. Carvalho de Sousa destacou a disparidade regional no acesso à tecnologia e à educação no Brasil, especialmente no Norte do país. Ele apresentou o programa Pré-Enem Legal no Acre, com aulas online e presenciais, como um exemplo de esforço para alcançar os estudantes. Carvalho de Sousa enfatizou o investimento em tecnologia no Acre como essencial para o futuro das novas gerações. Ele também abordou a dificuldade de lidar com a desinformação em um ambiente digital democrático, mas com informações não fidedignas. O secretário relatou problemas com estudantes criando perfis falsos e a necessidade de regulação do ambiente da internet, não como controle, mas como estabelecimento de limites. Ele mencionou a parceria com o MEC para garantir internet nas escolas e fortalecer os centros de mídias como ferramentas indispensáveis para o ensino-aprendizagem.

Tereza Lana, especialista em Assistência Social e Educadora Social da Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal, compartilhou sua experiência prática na aplicação da educação midiática no âmbito da assistência social. Ela destacou como a educação midiática e a inclusão sociodigital permitem maior acesso a direitos sociais e serviços públicos, além de promoverem o protagonismo e a voz de grupos vulnerabilizados na internet. Lana citou a perspectiva da emancipação digital e sua relevância para a proteção social. Ela apresentou a utilização de vídeos e músicas, como a do Gog, para engajar os jovens e trabalhou percursos pedagógicos inspirados no EducaMídia e na SaferNet, abordando temas como identidade, representa-

ção nas mídias, leitura de discurso e combate à desinformação eleitoral com o projeto FakeToFora. Lana mencionou a emissão de títulos de eleitor e a criação de pesquisas de opinião pelos jovens, além da discussão sobre mitos eleitorais. O desenvolvimento de um glossário colaborativo também foi destacado como atividade importante para trabalhar fontes de pesquisa e checagem de informações. A educadora social enfatizou a importância de levar a educação midiática para o contexto da assistência social, promovendo a autonomia e a participação cidadã dos usuários dos serviços.

João Alegria, secretário da Fundação Roberto Marinho e Canal Futura, iniciou sua fala com uma reflexão sobre o termo “mídia”, considerando-o um sistema ativo e dinâmico de produção e consumo de bens culturais. Ele argumentou que não é mais possível haver aprendizagem e educação fora da mídia, ampliando a compreensão do termo para além das plataformas digitais, incluindo o livro didático e a leitura e escrita como tecnologias da comunicação. Alegria apresentou exemplos de como a mídia pode ser integrada em sequências didáticas, analisando objetos de mídia sob perspectivas pedagógicas. Ele enfatizou a importância de aprimorar os conceitos relacionados à mídia para melhor abordar os problemas da educação midiática. Alegria também mencionou a importância da formação do educador junto com o aluno como um dos maiores desafios.

PAINEL 3

EDUCAÇÃO MIDIÁTICA NO COMBATE À DESINFORMAÇÃO E NA VALORIZAÇÃO DO JORNALISMO E DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Conselheira Bia Barbosa

MEDIADORA

Marina Pita

COORDENADORA DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO E
ENFRENTAMENTO À DESINFORMAÇÃO DA SECRETARIA
DE POLÍTICAS DIGITAIS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Victor Durigan

COORDENADOR DO PROGRAMA DE COMBATE À
DESINFORMAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Cíntia Gomes

DIRETORA DA AGÊNCIA MURAL DE JORNALISMO DAS PE-
RIFERIAS DE SÃO PAULO

RESUMO DO PAINEL 3:

A conselheira Bia Barbosa iniciou o painel ressaltando a importância de trazer diferentes perspectivas sobre o tema da educação midiática e do enfrentamento à desinformação.

Victor Durigan, coordenador do Programa de Combate à Desinformação no Supremo Tribunal Federal (STF), fez uma apresentação institucional sobre o programa do STF. Ele destacou que o contexto informacional atual é extremamente desafiador, demandando pesquisas, debates e mobilizações. Durigan enfatizou que não existe uma única solução para combater a desinformação, sendo necessária uma sobreposição

de camadas multidisciplinares e multissetoriais. Ele apontou como desafios a transformação do consumo informacional e o advento de novas tecnologias, especialmente a inteligência artificial, que exigirá da educação midiática a preparação dos cidadãos para consumir informações não geradas exclusivamente por humanos e compreender a integridade dessas informações. Durigan defendeu que jornalismo e educação midiática devem andar juntos na formação de cidadãos ativos. Ele apresentou o Programa de Combate à Desinformação do STF, que busca compreender a intersecção da desinformação com direitos fundamentais e valorizar a diversidade, tendo como meta o fortalecimento da liberdade de imprensa e da informação jornalística.

Marina Pita, coordenadora de Liberdade de Expressão e Enfrentamento à Desinformação da Secretaria de Políticas Digitais da Presidência da República, propôs uma abordagem que entende a necessidade de um ecossistema informacional com mais regras e atores trabalhando para fortalecer a educação midiática. Ela destacou a importância de se entender o *microtargeting* e como ele é afetado pela LGPD, sendo um elemento para a discussão em educação midiática e combate à desinformação. Pita defendeu a regulação de plataformas digitais como necessária para proteger os cidadãos e oferecer elementos para uma educação midiática mais eficiente. Ela mencionou a importância do acesso a dados para pesquisadores, da transparência sobre como as plataformas lidam com a desinformação e da obrigação das plataformas em sinalizar conteúdos mercadológicos. Pita enfatizou a necessidade de transparência sobre como os algo-

ritmos impactam o jornalismo e sobre os critérios de *whitelists* das plataformas. Ela também citou a Instrução Normativa nº 4 da Secretaria de Comunicação Social, que visa direcionar a publicidade digital para produtores de conteúdo legítimos alinhados com o interesse público. Pita concluiu defendendo a importância de anunciantes pela integridade da informação e de uma retroalimentação entre as políticas de educação midiática e o fortalecimento de códigos de ética e critérios de anunciantes.

Cíntia Gomes, diretora da Agência Mural de Jornalismo das Periferias de São Paulo, compartilhou a experiência da Agência Mural, que nasceu por meio de uma educação midiática e tem como objetivo cobrir histórias sobre, por e para as periferias, preenchendo lacunas de informação e desconstruindo estereótipos. Ela destacou a importância de levar a discussão sobre o que é produzido sobre os bairros para dentro das escolas e de aproximar os leitores periféricos. Gomes mencionou a rede de correspondentes locais da Agência Mural, formada por meio de um processo de educação midiática, e as diversas editorias do site. Ela apresentou a parceria com a Lupa e o WhatsApp no projeto “Papo Reto no Zap” para a checagem de notícias em comunidades periféricas como uma forma de combater a desinformação. Gomes enfatizou que a educação midiática na Agência Mural se dá também na formação contínua dos correspondentes e em projetos como o “Acontece na Escola”, que oferece bolsas para estudantes produzirem reportagens sobre suas escolas. Ela também destacou a atuação da Agência Mural em escolas e universidades, promovendo a discussão sobre a representatividade e a

busca por informações confiáveis. Gomes reforçou a necessidade de um trabalho contínuo de educação midiática para combater a desinformação e os discursos de ódio, e a importância do diálogo com a audiência para mostrar a relevância da diversidade e representatividade. Ela apontou o imediatismo como um desafio e a importância de buscar informações em fontes confiáveis.



Mesa de Abertura do Seminário de Educação Midiática: vice-presidente, conselheira Patrícia Blanco; senador Izalci Lucas; presidente, conselheiro Miguel Matos; secretário de Políticas Digitais da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, João Brant.



SESSÃO DE DEBATES TEMÁTICOS SOBRE O MARCO LEGAL DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

DATA DE REALIZAÇÃO: 11 DE JUNHO DE 2024

ÍTEGRA: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/sessao-plenaria/-/pauta/26281>

RESUMO:

Em 11 de junho de 2024, foi realizada no Plenário do Senado Federal uma Sessão de Debates Temáticos sobre o Marco Legal da Inteligência Artificial (Projeto de Lei nº 2.338, de 2023, de autoria do senador Rodrigo Pacheco).

A sessão presidida pelo senador Carlos Viana contou com 17 expositores, entre eles o presidente do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, conselheiro Miguel Matos, que abriu as discussões como primeiro orador.

Em seu discurso, o presidente Miguel Matos disse estar diante de uma tarefa de grande importância para o futuro do país, discutindo um projeto que representa um marco crucial para garantir que a tecnologia seja utilizada de maneira ética, segura e benéfica para todos os brasileiros.

O presidente afirmou que a inteligência artificial tem se consolidado como uma das tecnologias mais transformadoras dos tempos atuais. Seu impacto é sentido nas mais variadas áreas, desde a saúde à educação, passando pela indústria, segurança e muitas outras. No entanto, com o poder transformador da inteligência artificial, vêm também grandes responsabilidades. É preciso assegurar que seu desenvolvimento e aplicação sejam guiados por princípios sólidos de ética e respeito aos direitos humanos, lembrando que a tecnologia deve servir ao ser humano, e não o substituir.

Miguel Matos destacou a abordagem baseada em risco do projeto de lei. Seguindo as melhores práticas internacionais, o projeto categoriza os sistemas de inteligência artificial com base no risco que representam, estabelecendo diferentes níveis de regulação, conforme a potencialidade do impacto. Isso permite o foco em recursos e esforços nos sistemas que realmente necessitam de maior vigilância, sem com isso sufocar a inovação.

Em segundo lugar, o presidente destacou a ênfase na transparência e responsabilidade. A exigência de transparência nos sistemas de inteligência artificial e a responsabilização de seus desenvolvedores são medidas essenciais para promover a confiança e segurança da população. A transparência dos algoritmos e a aplicabilidade das decisões automatizadas são cruciais para garantir que a inteligência artificial opere de maneira justa e compreensível.

Outro ponto de destaque foi a proteção aos direitos dos cidadãos. O projeto de lei coloca a proteção dos dados pessoais

e os direitos fundamentais no centro da regulamentação. Em um mundo onde a coleta e o processamento de dados são cada vez mais intrusivos, é vital assegurar que os dados dos cidadãos sejam protegidos e utilizados de maneira responsável.

Miguel Matos registrou ainda a governança e supervisão. A criação de um sistema de regulação e governança da inteligência, com uma autoridade competente para supervisionar o cumprimento das normas, é uma medida que garante a efetividade da lei. Esse sistema permitirá uma fiscalização contínua e a possibilidade de ajustes e aprimoramentos conforme a tecnologia evolui.

Ainda foi mencionada a importância da formação e capacitação. Para que a aplicação da lei seja efetiva, é fundamental que os órgãos públicos responsáveis estejam capacitados tecnicamente. O presidente do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional propôs que fossem promovidos programas contínuos de formação para assegurar que os servidores estejam preparados para o mister de enfrentar os desafios tecnológicos que a inteligência artificial apresenta.

O presidente destacou também que no projeto há integração com outras leis e regulações, harmonizado com outras normas vigentes, como a Lei Geral de Proteção de Dados, garantindo uma abordagem coesa e abrangente para a regulamentação da inteligência artificial.

Miguel Matos declarou que o projeto de lei é um passo vital para posicionar o Brasil como um líder na regulamentação da inteligência artificial. Cria-se um ambiente que não apenas promove a

inovação, mas também protege os cidadãos e assegura que a tecnologia seja utilizada de forma ética e responsável.

Ao fim, Miguel Matos afirmou que o Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, órgão paritário e com legitimidade constitucional, desempenhando seu papel na mediação entre a sociedade e o Legislativo, realizou três audiências públicas sobre inteligência artificial. Apoiou a aprovação do projeto, com os ajustes que fossem necessários, pois ele representa um compromisso com o futuro do Brasil, garantindo que a inteligência artificial seja uma força para o bem, promovendo progresso e justiça social.

O presidente despediu-se afirmando que a coexistência harmoniosa entre homem e máquina é a chave para um futuro próspero.

Presidente Miguel Matos abre a Sessão de Debates Temáticos sobre Inteligência Artificial na tribuna do Plenário do Senado Federal.







AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA

DISCUTIR O MARCO LEGAL DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

DATA DE REALIZAÇÃO: 5 de junho de 2023

ÍTEGRA: <https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/767/reuniao/11355>

PARTICIPANTES:

Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL
POR SUBSIDIAR ELABORAÇÃO DE SUBSTITUTIVO SOBRE
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Laura Schertel

RELATORA DA COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL POR
SUBSIDIAR ELABORAÇÃO DE SUBSTITUTIVO SOBRE
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Walter Carnielli

MATEMÁTICO, FILÓSOFO E PROFESSOR DE LÓGICA DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP)

Dora Kaufman

PROFESSORA DO PROGRAMA DE TECNOLOGIAS DA
INTELIGÊNCIA E DESIGN DIGITAL DA FACULDADE DE
CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DA PUC-SP

Juliano Carvalho

PROFESSOR DO DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
SOCIAL DA UNESP

RESUMO:

A audiência pública sobre o Marco Legal da Inteligência Artificial, realizada no Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, teve como objetivo debater a necessidade e os desafios da regulamentação da Inteligência Artificial no Brasil. A sessão foi aberta pelo presidente do Conselho, Miguel Matos, que destacou a importância da discussão diante do avanço da tecnologia e do impacto social e econômico da Inteligência Artificial.

O ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, presidente da comissão de juristas responsável pela elaboração do substitutivo sobre Inteligência Artificial, ressaltou que a necessidade de regulação se tornou evidente com a ascensão de modelos generativos como o ChatGPT. Ele explicou que o PL 2.338/2023, apresentado pelo Senado, busca definir princípios éticos, assegurar transparência nos algoritmos e garantir direitos fundamentais, com base no modelo europeu de regulação. O projeto classifica os riscos da IA em níveis e propõe mecanismos de governança, incluindo a criação de uma autoridade reguladora.

A relatora da Comissão, Laura Schertel, destacou que a proposta foi construída com base em contribuições de especialistas e audiências públicas, enfatizando a urgência de uma regulação equilibrada. Ela alertou para os riscos da desinformação e da discriminação algorítmica e defendeu a necessidade de supervisão humana em decisões automatizadas.

O matemático e filósofo Walter Carnielli, da Unicamp, adotou um tom cético, argumentando que a Inteligência Artificial não é verdadeiramente inteligente, mas sim uma habilidade

cognitiva artificial baseada em estatísticas. Ele ressaltou os perigos da dependência de *big techs* e alertou para a possibilidade de concentração de poder econômico e político.

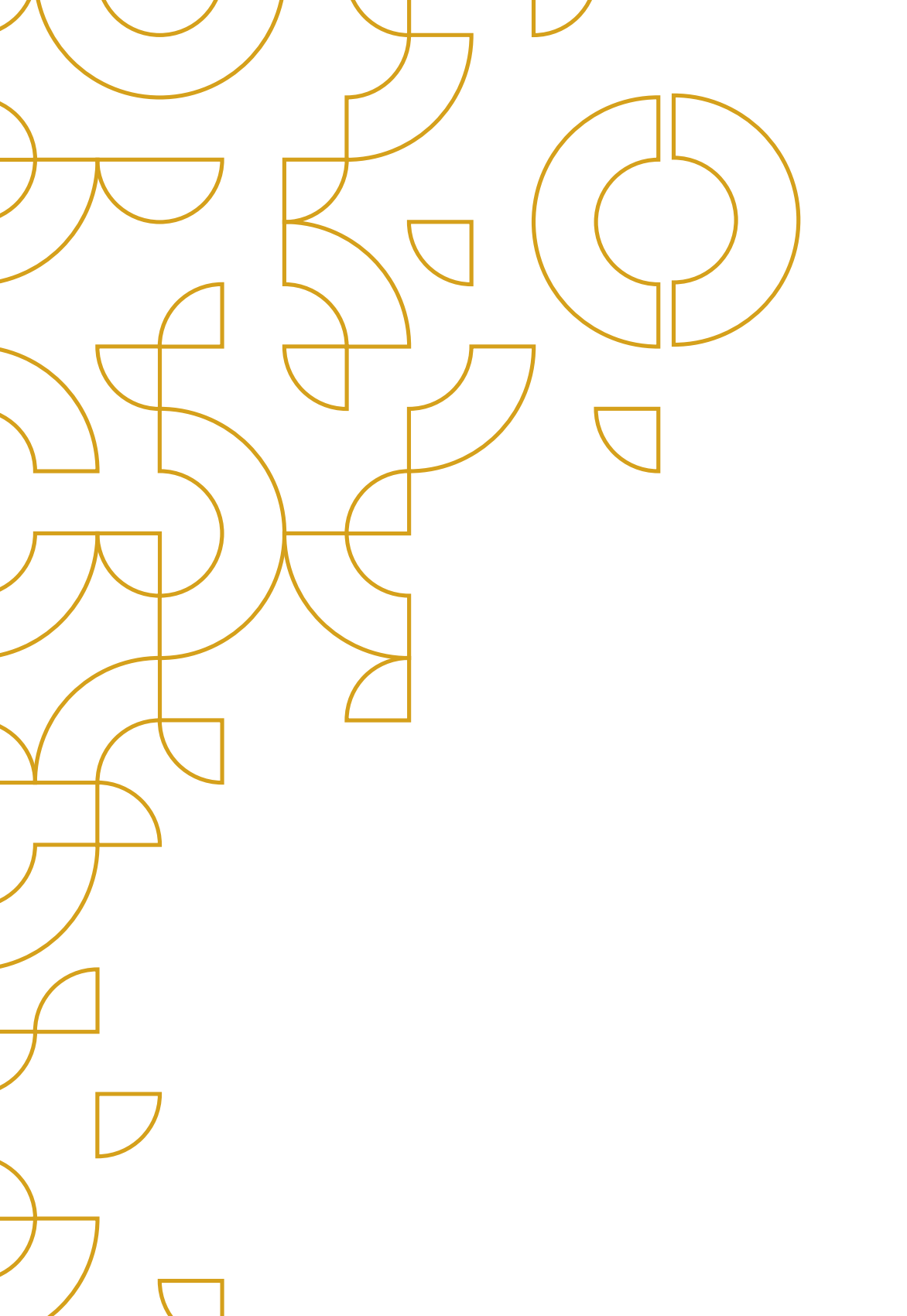
A professora Dora Kaufman, da PUC-SP, criticou a falta de um diagnóstico sobre o uso da Inteligência Artificial no Brasil antes da formulação do projeto. Para ela, o protagonismo da regulação deveria ser das agências setoriais, que conhecem melhor as aplicações específicas da IA em áreas como finanças e saúde.

O professor Juliano Carvalho, da Unesp, destacou os impactos da Inteligência Artificial nos setores criativos e no jornalismo, questionando como a tecnologia afetará a qualidade, ética e diversidade da informação. Ele defendeu a inclusão de salvaguardas para direitos autorais e a proteção dos produtores de conteúdo.

Os membros do Conselho manifestaram preocupações sobre os riscos da Inteligência Artificial na comunicação social, especialmente no combate à desinformação e no impacto sobre a democracia. Houve consenso sobre a necessidade de uma regulação que equilibre inovação e proteção de direitos.



Professor da Unicamp, Walter Carnielli; presidente da Comissão de Juristas Responsável por Subsidiar Elaboração de Substitutivo sobre Inteligência Artificial, ministro Ricardo Villas Bôas Cueva; vice-presidente, conselheira Patrícia Blanco; presidente, conselheiro Miguel Matos; professora da PUC-SP, Dora Kaufman; e professor da UNESP, Juliano Carvalho.



AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE

VIOLÊNCIA CONTRA PROFISSIONAIS DE COMUNICAÇÃO E VALORIZA- ÇÃO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

DATA DE REALIZAÇÃO: 3 de julho de 2023

ÍNTegra: <https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/767/reuniao/11597>

PARTICIPANTES:

Samira de Castro

PRESIDENTA DA FEDERAÇÃO NACIONAL DOS
JORNALISTAS (FENAJ)

Ricardo Ortiz

DIRIGENTE DA FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DOS
TRABALHADORES EM RADIODIFUSÃO E TELEVISÃO
(FITERT)

Taís Gasparian

FUNDADORA E DIRETORA DO INSTITUTO TORNAVOZ

Rogério Christofolletti

PROFESSOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA
CATARINA

RESUMO:

A audiência pública teve como objetivo debater a violência contra profissionais da comunicação e discutir formas de valorização do setor.

A conselheira Maria José Braga abriu a sessão destacando que a violência contra comunicadores é uma realidade cotidiana e que o Conselho já se posicionou anteriormente sobre o tema. Ela relembrou que, desde 2014, o órgão recomenda a aprovação de projetos de lei para a proteção desses profissionais, incluindo a federalização da investigação de crimes contra jornalistas. No entanto, tais propostas ainda não avançaram no Congresso.

Samira de Castro, presidenta da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), apresentou dados alarmantes sobre a escalada da violência contra jornalistas no Brasil. Segundo ela, a FENAJ monitora casos desde 1989 e os últimos anos foram particularmente preocupantes, com um aumento expressivo de ataques físicos e virtuais. Ela ressaltou que a descrédibilização da imprensa é um dos fatores que contribuem para essa violência.

Ricardo Ortiz, dirigente da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Radiodifusão e Televisão (FITERT), trouxe exemplos concretos de ataques a profissionais, incluindo o caso de uma rádio no interior de São Paulo que foi invadida e destruída. Ele enfatizou a necessidade de políticas públicas eficazes para garantir a segurança dos comunicadores, principalmente em áreas de conflito e fronteira.

Taís Gasparian, fundadora do Instituto Tornavoz, alertou sobre o crescimento do assédio judicial contra jornalistas. Segundo ela, processos judiciais vêm sendo usados como forma de intimidação, visando silenciar repórteres e veículos de imprensa. Além disso, mencionou a importância de garantir suporte jurídico aos profissionais ameaçados.

O professor Rogério Christofolletti, da Universidade Federal de Santa Catarina, destacou que a violência contra jornalistas é multifacetada, abrangendo desde agressões físicas até censura econômica e judicial. Ele defendeu a criação de protocolos nacionais de segurança e a atuação conjunta do Conselho com outras instituições para pressionar o Congresso a aprovar medidas concretas.

Os conselheiros presentes também se manifestaram. José Antônio de Jesus da Silva apontou que a autocensura tem se tornado um problema crescente, com profissionais deixando de noticiar fatos por medo de represálias. João Camilo Júnior ressaltou que atacar jornalistas significa atacar a democracia, e propôs que o Conselho debata formas de resgatar a credibilidade da imprensa.

Ao final, a presidenta da reunião, Patrícia Blanco, reforçou a necessidade de medidas concretas para proteger os profissionais de comunicação e anunciou que o tema continuará a ser tratado pelo Conselho. A audiência foi encerrada com a expectativa de novas iniciativas para enfrentar a violência e fortalecer a comunicação social no Brasil.



Presidenta da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), Samira de Castro; conselheira Maria José Braga; vice-presidente, conselheira Patrícia Blanco; e dirigente da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Radiodifusão e Televisão (FITERT), Ricardo Ortiz.

AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE

COMBATE À DESINFORMAÇÃO E À DESCREDIBILIZAÇÃO DA IMPRENSA

DATA DE REALIZAÇÃO: 7 DE AGOSTO DE 2023

ÍNTegra: <https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/767/reuniao/11655>

PARTICIPANTES:

Deputado Orlando Silva

Adriana Franco Melo Machado

JUÍZA AUXILIAR DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO
NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)

Abraão Balbino e Silva

SUPERINTENDENTE-EXECUTIVO DA ANATEL

Carlos Affonso de Souza

DIRETOR DO INSTITUTO DE TECNOLOGIA E SOCIEDADE
DO RIO DE JANEIRO

Jonas Valente

REPRESENTANTE DA COALIZÃO DIREITOS NA REDE

Paula Miraglia

DIRETORA-GERAL DO NEXO JORNAL

RESUMO:

A dra. Adriana Machado destacou o trabalho do Observatório de Causas de Grande Repercussão do CNJ, instituído em 2019, que monitora casos de violência contra jornalistas e ações judiciais relacionadas ao tema. Segundo ela, a descrédibilização da imprensa afeta diretamente a democracia e a liberdade de expressão.

O deputado Orlando Silva enfatizou que o PL 2.630/2020 busca criar mecanismos de regulação das plataformas digitais, com foco na transparência e na responsabilização das empresas, sem ferir a liberdade de expressão. Ele mencionou a necessidade de um órgão regulador para acompanhar a implementação da legislação.

Carlos Affonso de Souza ressaltou a importância do Marco Civil da Internet e a necessidade de atualizações normativas para lidar com a desinformação. Ele defendeu maior transparência nas decisões das plataformas digitais, especialmente em relação ao impulsionamento de conteúdos.

Paula Miraglia abordou os impactos da desinformação sobre o jornalismo, destacando que a violência *online* contra jornalistas aumentou nos últimos anos. Segundo pesquisa da organização Repórteres Sem Fronteiras, 55% dos jornalistas relataram que a desinformação impacta seu trabalho, e 86% mencionaram sofrer ataques digitais.

Jonas Valente criticou a falta de iniciativa das plataformas no combate à desinformação e destacou a necessidade de uma regulação pública democrática. Ele afirmou que as plataformas

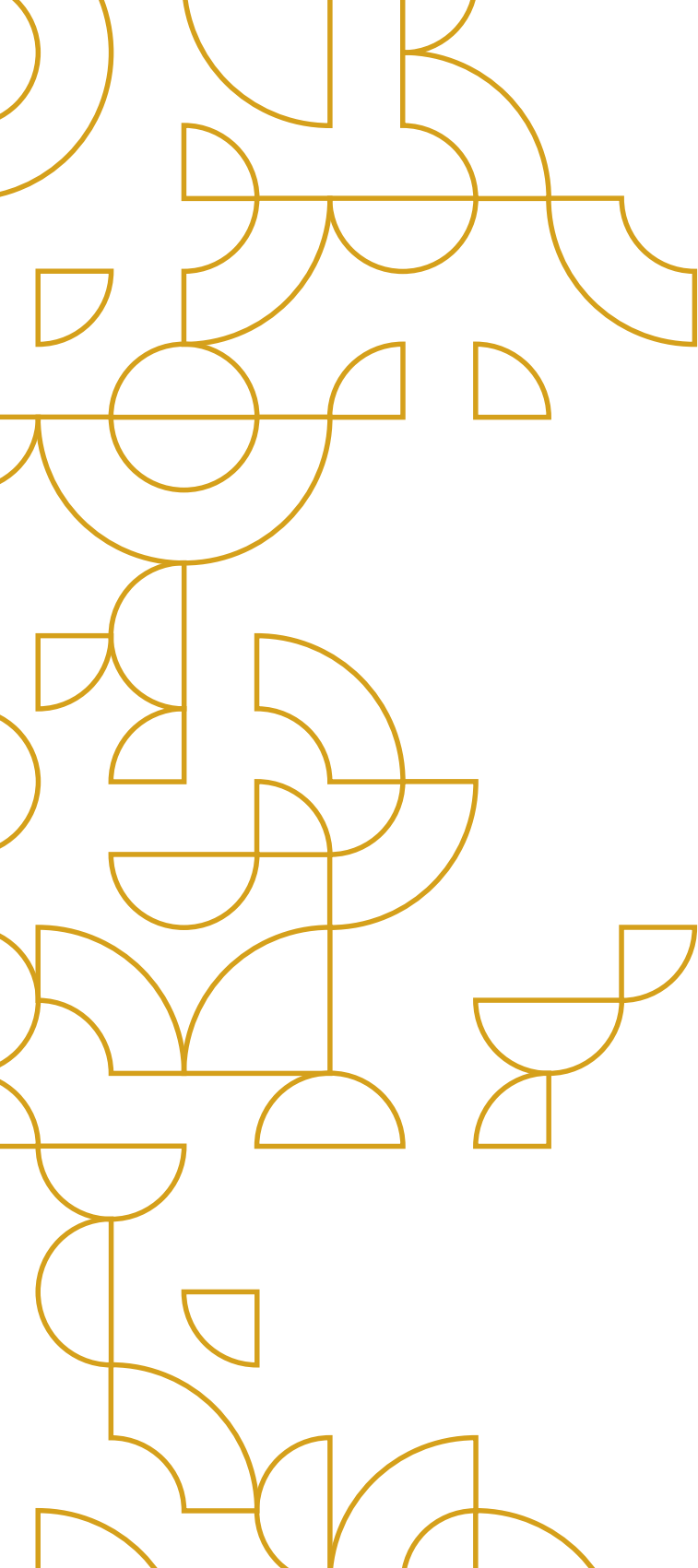
têm agido para barrar medidas regulatórias, inclusive por meio de campanhas desinformativas.

Os conselheiros também fizeram intervenções, reforçando a necessidade de regulamentação para enfrentar os ataques à imprensa. Maria José Braga sugeriu uma audiência específica sobre a sustentabilidade do jornalismo, enquanto Bia Barbosa ressaltou que a desinformação está diretamente ligada à violência contra jornalistas.

A audiência reforçou o consenso sobre a necessidade de medidas concretas para regular as plataformas e proteger a imprensa, destacando a importância do debate público e da participação social nesse processo.



Superintendente-executivo da Anatel, Abraão Balbino e Silva; vice-presidente, conselheira Patrícia Blanco; presidente, conselheiro Miguel Matos; e, no telão, o deputado Orlando Silva.



AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA

DISCUTIR MECANISMOS DE COMBATE AO DISCURSO DE ÓDIO

DATA DE REALIZAÇÃO: 4 DE SETEMBRO DE 2023

ÍNTegra: <https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/767/reuniao/11759>

PARTICIPANTES:

Letícia Cesarino

CHEFE DA ASSESSORIA ESPECIAL DE EDUCAÇÃO E
CULTURA EM DIREITOS HUMANOS DO MINISTÉRIO
DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

Leonardo Sakamoto

JORNALISTA

Andrea Vainer

DIRETORA DA CONFEDERAÇÃO ISRAELITA DO
BRASIL (CONIB)

Cezar Britto

ADVOGADO

Laurindo Leal Filho

SOCIÓLOGO, JORNALISTA E PROFESSOR DA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)

RESUMO:

Letícia Cesarino iniciou as exposições apresentando brevemente o relatório do Grupo de Trabalho (GT) de enfrentamento ao discurso de ódio e ao extremismo do Ministério dos Direitos Humanos. Ela destacou que o discurso de ódio é fundamentalmente uma pauta de direitos humanos, transversal a várias áreas do governo, com caráter processual e tendente ao escalamento. Uma característica central é a desumanização do objeto, podendo ocorrer de formas diretas ou ambíguas. O relatório aponta que o discurso de ódio é uma tecnologia de poder, em parte espontâneo e em parte orquestrado. Cesarino também mencionou formas clássicas e emergentes de discurso de ódio e as áreas de incidência das recomendações do GT, incluindo os âmbitos internacional, institucional, educacional, setor privado, segurança pública e justiça, além de campanhas de comunicação. Em sua avaliação sobre gargalos, enfatizou a ambiguidade do discurso no ambiente digital, sua dimensão ecológica e emergente, e seu caráter indireto de indução ao ódio. Ela identificou como crucial a camada dos mediadores e comunicadores na disseminação do ódio.

Em seguida, o jornalista Leonardo Sakamoto compartilhou sua experiência como termômetro de ataques a jornalistas. Ele abordou a questão da responsabilização das plataformas, mencionando o financiamento de *fake news* para atacar indivíduos e a dificuldade em rastrear os responsáveis.

A advogada Andrea Vainer, da Confederação Israelita do Brasil, focou na perspectiva jurídica do combate ao discurso de ódio. Ela ilustrou a nocividade do discurso de ódio com os exem-

plos do Holocausto e do genocídio em Ruanda. Vainer apontou a ausência de uma definição legal específica para discurso de ódio no Brasil, sendo combatido por meio da Lei de Racismo e da Constituição Federal. Ela apresentou a definição de discurso de ódio utilizada pela Conib, fruto de um estudo com a FGV. Vainer mencionou a dificuldade de sensibilizar os julgadores e a importância da educação do Poder Judiciário. Ela também destacou as dificuldades práticas de investigação devido à falta de resposta das plataformas e defendeu a regulamentação das plataformas e penalidades mais severas para os veiculadores de discurso de ódio.

O advogado Cezar Britto afirmou que vivemos o tempo das máscaras caídas, apesar das regras civilizatórias existentes. Ele mencionou pactos e leis de combate ao racismo e preconceito, questionando por que esses atos persistem. Britto defendeu a aplicação das leis existentes e citou a atuação do Supremo Tribunal Federal. Ele enfatizou a importância de um Judiciário mais plural e inclusivo e criticou o sistema gerador de impunidade. Britto também mencionou a criação do Exame de Ordem Unificado com questões de direitos humanos como um incentivo à educação nessa área e defendeu que o problema não está na falta de leis, mas na sua efetivação. Ao final, propôs a criação do Conselho de Jornalismo.

O sociólogo e jornalista Laurindo Leal Filho contextualizou o ódio como um componente estrutural da sociedade brasileira desde a colonização. Ele mencionou o conceito de coronelismo eletrônico para entender como o ódio se manifesta pelos meios

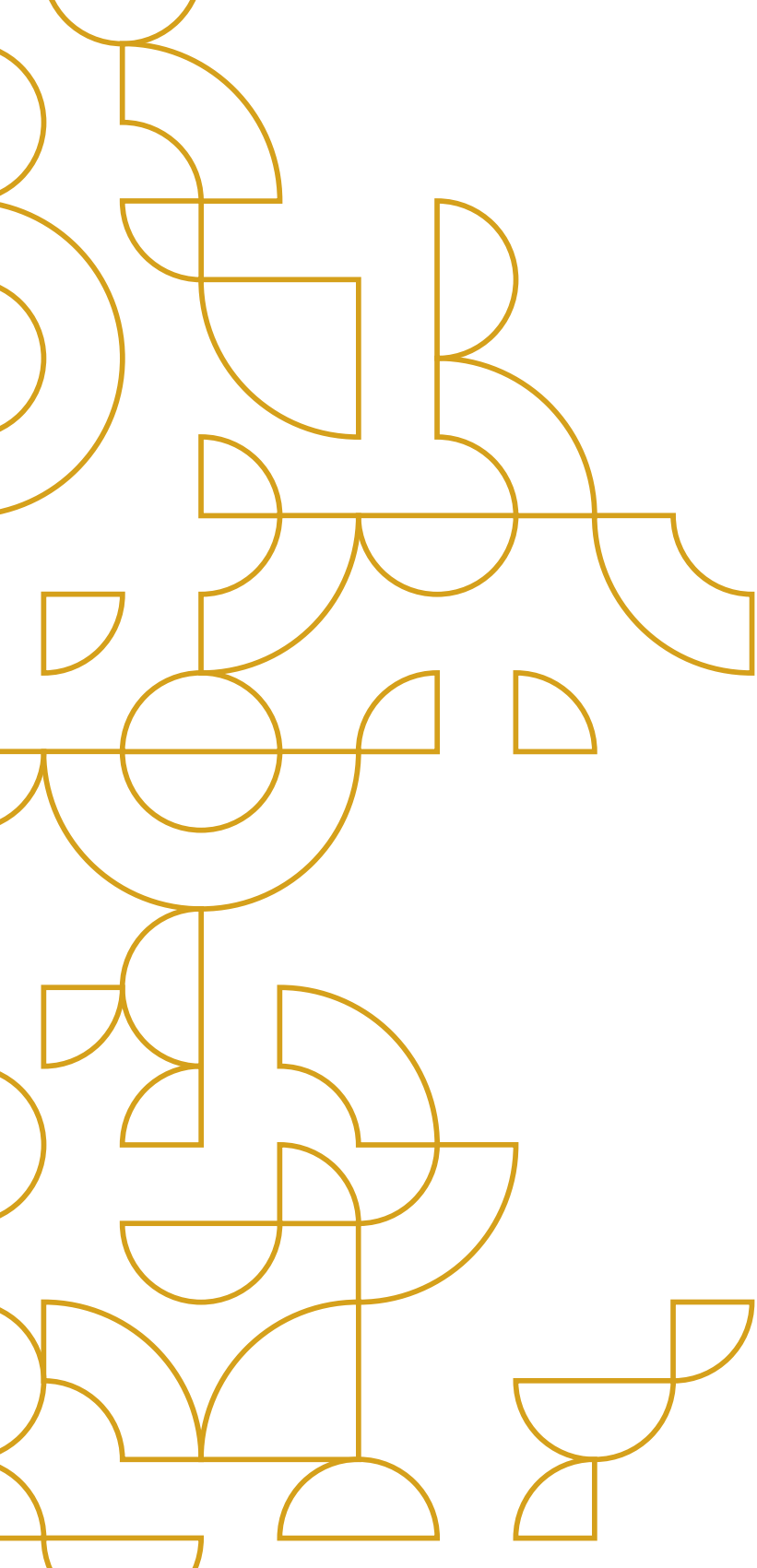
de comunicação. Leal Filho alertou para não focar apenas nas redes sociais, negligenciando o ódio nos meios tradicionais. Criticou a naturalização de figuras que promovem o ódio pela mídia e a transformação da informação em espetáculo. Ele defendeu a regulamentação das plataformas e a criação de plataformas estatais concorrentes e ressaltou a importância dos artigos da Constituição Federal sobre comunicação, ainda não regulamentados. Leal Filho também defendeu a criação de uma lei de mídias e a importância da comunicação pública e a necessidade de autonomia tecnológica na área.

Durante as intervenções dos conselheiros, a conselheira Patrícia Blanco questionou Letícia Cesarino sobre como o Congresso Nacional poderia fortalecer as recomendações do relatório do GT e pediu recomendações práticas a Leonardo Sakamoto e Laurindo Leal Filho. A conselheira Maria José Braga reforçou a necessidade de denunciar agressões contra jornalistas e mencionou projetos de lei para federalizar a investigação desses crimes e a proposta de um protocolo de segurança para jornalistas, além de apoiar a criação do Conselho Federal de Jornalismo. O conselheiro Davi Emerich ressaltou a importância do debate. O conselheiro João Camilo Júnior abordou a questão da publicidade e seu papel. Houve um consenso sobre a importância do tema e a necessidade de avançar em mecanismos de combate ao discurso de ódio.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Jornalista Leonardo Sakamoto; vice-presidente, conselheira Patrícia Blanco; presidente, conselheiro Miguel Matos; advogado Cezar Britto; e o professor Laurindo Leal Filho.



AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA

DISCUTIR OS IMPACTOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA COMUNICAÇÃO SOCIAL

DATA DE REALIZAÇÃO: 2 DE OUTUBRO DE 2023

ÍTEGRA: <https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/767/reuniao/11873>

PARTICIPANTES:

Andressa Bizutti

CONSELHEIRA DO CONAR

Paulo Barcellos

CEO DA O2 FILMES

Sandra Martinelli

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE ANUNCIANTES

Ygor Valerio

ADVOGADO

RESUMO:

Andressa Bizutti focou sua apresentação nos impactos da IA generativa na criação de conteúdo e suas implicações para as indústrias da comunicação social. Ela explicou que a IA generativa produz conteúdo similar aos dados em que foi treinada, prevendo sequências e reconstruindo informações. Bizutti abordou a questão da propriedade intelectual, destacando que a legislação brasileira protege criações do espírito humano, levantando dúvidas sobre a autoria de obras criadas com IA. Ela também discutiu a legalidade do treinamento de IA com obras protegidas por direitos autorais, mencionando tanto as diferentes abordagens globais quanto a exceção proposta no PL de IA, em tramitação no Parlamento brasileiro, para fins de pesquisa, jornalismo e museus. Por fim, alertou para o problema de infrações de direitos autorais cometidas por IA. Ela concluiu que a legislação de direitos autorais impacta diretamente o desenvolvimento da IA, e vice-versa, com autores merecendo recompensa por suas obras.

Ygor Valerio desviou o foco do direito autoral para o potencial impacto da IA nas indústrias de mídia em geral, contextualizando com os efeitos da digitalização nos últimos 20 anos. Ele observou a pulverização das fontes de conteúdo e a crescente importância da credibilidade das informações. Valerio abordou a questão dos *deepfakes*, reconhecendo tanto os desafios à identificação de fontes quanto os usos positivos, como a tradução simultânea de discursos. Ele também discutiu o jornalismo automatizado, que aprofunda a pulverização da criação de conteúdo, e a necessidade de regulamentação. Valerio defendeu o incen-

tivo ao uso da IA como ferramenta para jornalistas, ressaltando a importância de não impedir o desenvolvimento da IA para a comunicação social.

Sandra Martinelli centrou sua fala nos impactos da IA no marketing, apresentando cinco pilares práticos e suas ponderações éticas e regulatórias. Ela destacou como a IA já revoluciona o processo publicitário, aumentando a eficiência. Martinelli abordou os *deepfakes* e a herança digital, questionando a detecção, a necessidade de autorização para reconstrução de imagem e a transparência no uso, mencionando o caso Elis Regina. Ela também tratou dos influenciadores digitais gerados por IA, levantando questões sobre a necessidade de nova regulamentação. Martinelli compartilhou os aprendizados da ABA, enfatizando a necessidade de inovação criteriosa e responsável, transparência e revisão humana.

Paulo Barcellos apresentou exemplos práticos do impacto da IA na produção audiovisual, desde a pré-produção (decupagem de roteiros) até a pós-produção (transcrição automática, dublagem, legendagem, efeitos visuais). Ele ilustrou o potencial da IA com um vídeo totalmente gerado a partir de um prompt de imagem. Barcellos também mencionou a capacidade da IA de aprender e a dificuldade de prever o futuro, ressaltando a importância da colaboração entre humanos e IA na produção de filmes.

Nas intervenções dos conselheiros, Maria José Braga expressou preocupações sobre o futuro da humanidade e a necessidade de regulação para garantir a evolução e não a destruição. Sonia Santana questionou os impactos da IA na eliminação de

empregos e a necessidade de regulação ética, especialmente no setor publicitário, demonstrando preocupação com o caso Elis Regina. José Antônio de Jesus da Silva enfatizou a urgência da regulação para evitar o fim da humanidade e da classe trabalhadora, citando exemplos de conteúdo gerado por IA.

Nas considerações finais e respostas às perguntas, Andressa Bizutti reiterou que a IA não é inteligência humana e aprende com bases de dados, enfatizando o papel crucial do jornalismo na verificação de fontes. Ela delimitou a atuação do Conar à ética publicitária, defendendo uma abordagem regulatória mais ampla para a IA. Ygor Valerio defendeu uma regulação pontual por setores, dada a natureza de propósito geral da IA, e lembrou que evoluções tecnológicas sempre impactaram a sociedade. Sandra Martinelli reforçou o papel da autorregulação e a necessidade de um equilíbrio na regulação que não impeça a inovação, vendo a IA como uma ferramenta a serviço dos humanos.



Conselheira do CONAR, Andressa Bizutti; presidente, conselheiro Miguel Matos; e CEO da O2 Filmes, Paulo Barcellos.

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA
DISCUTIR A SUSTENTABILIDADE
DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

DATA DE REALIZAÇÃO: 6 DE NOVEMBRO DE 2023

ÍTEGRA: <https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/767/reuniao/12067>

PARTICIPANTES:

Carla Egydio

DIRETORA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DA
ASSOCIAÇÃO DE JORNALISMO DIGITAL (AJOR)

Celso Augusto Schröder

SECRETÁRIO-GERAL DA FEDERAÇÃO DOS JORNALISTAS
DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE (FEPALC)

Rafael Menin Soriano

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EDITORES
DE REVISTAS (ANER)

RESUMO:

Carla Egydio iniciou sua fala destacando que a Associação de Jornalismo Digital (Ajour), criada em 2021, busca fortalecer o ecossistema do jornalismo digital no Brasil, atuando em fomento ao empreendedorismo, defesa do jornalismo e da democracia, e diversidade. Ela enfatizou a ausência de políticas públicas específicas para o jornalismo no Brasil, apesar de sua importância para a democracia e o combate à desinformação. O debate sobre sustentabilidade no jornalismo digital centra-se na remuneração do conteúdo jornalístico pelas plataformas digitais, levantando as questões se e como essa remuneração deve ocorrer. A Ajour defende que as plataformas devem remunerar o conteúdo jornalístico que utilizam, visto que intermedeiam a relação entre audiência e veículos, se beneficiam desse conteúdo e absorvem a verba publicitária. Ela mencionou o modelo australiano de negociação direta e apresentou o documento “*Big Tech e Jornalismo: Princípios para uma Remuneração Justa*”, que visa orientar a regulamentação para evitar o aprofundamento das desigualdades e promover diversidade e transparência.

Celso Augusto Schröder (Fepalc) apresentou uma proposta de criação de um Fundo de Fomento ao Jornalismo (Funajor), decorrente da crise no setor e da concentração de recursos digitais em poucas plataformas. Ele explicou que a FIJ propôs aos seus sindicatos afiliados uma ação global de regulação dos serviços digitais para conter o fluxo de recursos nacionais para as grandes plataformas. Schröder detalhou a proposta da FENAJ para a administração do Funajor por um conselho diretor vin-

culado ao Ministério das Comunicações, com representação de diversos setores. Ele ressaltou a dimensão pública do fundo e a sua potencial importância para a democracia brasileira. A Fepalc indicou essa proposta como modelo para países da América Latina e Caribe.

Rafael Menin Soriano (Aner) abordou a urgência da sustentabilidade devido à disseminação de informações duvidosas pelas plataformas digitais. Ele ressaltou o compromisso das editoras de revistas com a qualidade da informação e o seu papel na defesa da liberdade de imprensa. Soriano enfatizou os custos da produção de jornalismo de qualidade e a crise enfrentada pelas empresas de comunicação em decorrência da concentração da verba publicitária nas plataformas digitais. Ele defendeu a criação de uma “taxa de limpeza da poluição social” a ser paga pelas grandes plataformas digitais para financiar o jornalismo profissional, responsável por combater a desinformação.

Após as exposições, os conselheiros fizeram suas intervenções. Patrícia Blanco enfatizou a necessidade de educar a população para valorizar o jornalismo, além da sustentabilidade financeira. Maria José Braga destacou a crise no jornalismo em diversas dimensões e defendeu a proposta de financiamento público, comparando-o ao setor do cinema. João Camilo Júnior ressaltou a urgência da remuneração do conteúdo jornalístico em um projeto exclusivo e apoiou a ideia de financiamento público e um seminário sobre educação midiática. Davi Emerich concordou com a importância do debate. José Antônio de Jesus da Silva parabenizou a iniciativa e mencionou a destruição da comunicação pública no governo anterior.

Nas considerações finais, Carla Egydio reiterou a necessidade de políticas públicas e a importância de considerar as especificidades do jornalismo. Celso Augusto Schröder destacou o caráter democratizante e inclusivo da proposta do Funajor. Rafael Menin Soriano agradeceu a oportunidade de debater o tema. O presidente Miguel Matos reconheceu a relevância da discussão e a necessidade de encontrar soluções para a sustentabilidade da imprensa. Perguntas do público foram registradas.

Secretário-geral da Federação dos Jornalistas da América Latina e do Caribe (FEPALC), Celso Augusto Schröder; vice-presidente, conselheira Patrícia Blanco; presidente, conselheiro Miguel Matos; diretora de Relações Institucionais da Associação de Jornalismo Digital, Carla Egydio; e presidente da Associação Nacional de Editores de Revistas, Rafael Menin Soriano.



AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE
TV 3.0

DATA DE REALIZAÇÃO: 4 DE DEZEMBRO DE 2023

ÍNTegra: <https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/767/reuniao/12167>

PARTICIPANTES:

Tawfic Awwad Junior

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO,
REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES

Raymundo Barros

PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FÓRUM DO
SISTEMA BRASILEIRO DE TV DIGITAL TERRESTRE (SBTVD)

RESUMO:

A conselheira Valdez de Almeida Donzelli, autora do requerimento para a audiência, iniciou destacando que a TV 3.0 representa um novo mundo para a radiodifusão, com novas possibilidades de imersão e diferentes maneiras de o público consumir televisão, impactando tanto a forma de assistir quanto a de produzir conteúdo.

O primeiro expositor, Tawfic Awwad Junior, do Ministério das Comunicações, agradeceu a oportunidade de apresentar o cronograma e a atuação do governo brasileiro em relação à TV 3.0. Ele informou que a implementação está prevista para iniciar em 2025, após a conclusão dos estudos pelo fórum SBTVD e pela Anatel em 2024 e a edição de um novo decreto presidencial. O Decreto 11.484 já estabeleceu características mínimas, como qualidade audiovisual superior, recepção fixa e móvel, integração com a internet e interface baseada em aplicativos. Tawfic também mencionou a estrutura de governança do projeto, o financiamento de universidades para testes e a atuação do grupo de trabalho multidisciplinar. Ele ressaltou a liderança do Brasil em estudos internacionais de radiodifusão.

Raymundo Barros, presidente do Conselho Deliberativo do Fórum SBTVD, apresentou o fórum como responsável pela gestão técnica do sistema brasileiro de TV digital. Ele enfatizou a relevância da TV aberta no Brasil, com 73% do consumo de mídia em televisores, e como a TV 3.0 busca garantir essa relevância. Barros detalhou a evolução da TV no Brasil (1.0, 1.5, 2.0, 2.5) e as características da TV 3.0, incluindo a integração com a

internet, a interface por aplicativos, a segmentação geográfica de conteúdo e os recursos avançados de acessibilidade e alertas de emergência. Ele comparou os padrões tecnológicos em estudo, como o ATSC 3.0, e o processo de testes em andamento.

Os conselheiros fizeram diversas intervenções. Daniel José Queiroz Ferreira questionou o prazo para pleno funcionamento da TV 3.0 para o usuário, a necessidade de novos equipamentos e o impacto na medição de audiência. José Antônio de Jesus da Silva expressou preocupação com os impactos nos trabalhadores do setor. Maria José Braga comparou as promessas da TV digital anterior com as atuais, questionando o que balizará a definição do padrão e a efetividade dos recursos de acessibilidade e multiprogramação. Sonia Santana focou na universalização do acesso, na descentralização da produção audiovisual e no risco de fragmentação da informação. Bia Barbosa, participando remotamente, questionou os benefícios da TV 3.0 para a sociedade além do mercado audiovisual, e o objetivo de oferecer serviços públicos pela televisão.

Em suas respostas, Tawfic e Raymundo abordaram os prazos de implementação, a possibilidade de uso de conversores para televisores mais antigos, a necessidade de avaliação regulatória, o potencial para medição de audiência mais precisa com a conexão à internet, e o foco em manter e expandir os recursos de acessibilidade e a relevância da TV aberta. Ambos agradeceram as contribuições dos conselheiros, que enriqueceram a discussão.



Conselheira Valdevez Donzelli; diretor do Departamento de Inovação, Regulamentação e Fiscalização do Ministério das Comunicações, Tawfic Awwad Junior; vice-presidente, conselheira Patrícia Blanco; e presidente do Conselho Deliberativo do Fórum do Sistema Brasileiro de TV Digital Terrestre (SBTVD), Raymundo Barros.

AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE

REMUNERAÇÃO DO CONTEÚDO JORNALÍSTICO PELAS PLATAFORMAS DIGITAIS

DATA DE REALIZAÇÃO: 4 DE MARÇO DE 2024

ÍNTegra: <https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/767/reuniao/12301>

PARTICIPANTES:

Marisa von Bülow

PROFESSORA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)

Marcelo Rech

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE
JORNAIS (ANJ)

Francisco Brito Cruz

DIRETOR-EXECUTIVO DO INTERNETLAB

RESUMO:

A conselheira Patrícia Blanco iniciou destacando a importância da audiência para aprofundar a discussão sobre um tema complexo e auxiliar o Conselho na elaboração de um relatório para subsidiar os parlamentares na análise de projetos de lei. Ela informou que a audiência seria interativa, com participação popular via Portal e-Cidadania e Alô Senado.

A professora Marisa von Bülow apresentou um panorama das discussões, mencionando seu relatório encomendado pelo Comitê Gestor da Internet (CGI) e a atualização em curso devido à dinâmica do tema. Ela mapeou cinco principais controvérsias: quem deve ser beneficiado pela legislação (definição de jornalismo); quem deve pagar (terminologia e inclusão de IA); pagar pelo quê (escopo do conteúdo jornalístico); transparência dos dados (acordos e publicidade digital); e o papel do Estado (fundo *versus* legislação para negociação). Ela enfatizou a mudança de percepção sobre a necessidade de apoiar o jornalismo de qualidade diante da crise e da desordem informacional.

O presidente da ANJ, Marcelo Rech, argumentou que a discussão sobre remuneração é fundamental para a sobrevivência da imprensa profissional e, consequentemente, para a democracia. Ele apontou a ineficácia de algumas iniciativas internacionais, com exceção dos primeiros anos da Austrália, e alertou para a armadilha de focar na compensação pelo uso, citando a reação da Meta. Rech defendeu a lógica de que as plataformas, ao produzirem “poluição social” (desinformação, discurso de ódio), devem pagar pelo “antídoto” produzido pelo

jornalismo profissional, independentemente do uso direto do conteúdo. Ele propôs a criação de uma taxaço sobre as plataformas, com critérios claros para a distribuiço dos recursos, priorizando organizaçoes com jornalistas empregados via CLT e gestáo transparente de um fundo independente.

O diretor-executivo do InternetLab, Francisco Brito Cruz, ressaltou a falta de consenso sobre o diagnóstico da crise do jornalismo e alertou para os riscos de soluçoes simplistas como a negociaço direta, que pode não resolver o problema dos “desertos de notícias”. Ele questionou o fato gerador da remuneraço e a necessidade de diferenciar as funçoes e produtos das plataformas. Brito Cruz enfatizou a importância da transparência dos acordos e do acesso a dados das plataformas pelas organizaçoes jornalísticas. Ele defendeu uma intervenço mais abrangente e estratégica do Estado, indo além da transferência obrigatória de recursos.

Durante a audiêcia, a conselheira Bia Barbosa destacou a necessidade de construir diferentes soluçoes de forma paralela, mencionando um relatório da organizaço Repórteres sem Fronteiras sobre o fomento ao jornalismo no Brasil. Ela questionou como destravar os projetos de lei em tramitaço e defendeu que parte dos recursos das plataformas deveria vir independentemente do uso do conteúdo. Maria José Braga reforço o valor social do jornalismo e a necessidade de políticas públicas de fomento, mencionando a proposta da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) de taxaço das plataformas via Cide e a criaço de um fundo público. Ela diferenciou jorna-

lismo de entretenimento e de conteúdo de influenciadores. João Camilo Júnior manifestou preocupação com o prazo adequado da aprovação de uma legislação e defendeu que a remuneração também deve visar a diminuição da desinformação. Ele alertou para o risco de perder o momento oportuno necessário para a aprovação de uma legislação eficaz antes das eleições municipais.

A presidente encerrou a audiência agradecendo aos expositores e mencionando as diversas perguntas enviadas pelo e-Cidadania, muitas delas abordando a justificativa para a remuneração por plataformas que já oferecem acesso gratuito. Os expositores responderam a algumas dessas questões, reforçando que a remuneração não seria cobrada dos usuários e que visa um ecossistema de informação mais justo e de qualidade.



Vice-presidente, conselheira Patrícia Blanco; professora da Universidade de Brasília, Marisa von Bülow; e, no telão, diretor-executivo do InternetLab, Francisco Brito Cruz.

AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE
REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS
DE *STREAMING*

DATA DE REALIZAÇÃO: 6 DE MAIO DE 2024

ÍTEGRA: <https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/767/reuniao/12490>

PARTICIPANTES:

Tiago Mafra

DIRETOR-PRESIDENTE SUBSTITUTO DA AGÊNCIA
NACIONAL DO CINEMA (ANCINE)

Rosana Alcântara

REPRESENTANTE DA INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA NA-
CIONAL NO CONSELHO SUPERIOR DE CINEMA DO MINIS-
TÉRIO DA CULTURA

Leonardo Edde

PRESIDENTE DO SINDICATO INTERESTADUAL DA
INDÚSTRIA AUDIOVISUAL (SICAV)

Cíntia Domit Bittar

DIRETORA DA ASSOCIAÇÃO DAS PRODUTORAS
INDEPENDENTES DO AUDIOVISUAL BRASILEIRO – API

Andressa Pappas

REPRESENTANTE DA MOTION PICTURE ASSOCIATION -
MPA - NO BRASIL

Joelma Gonzaga

SECRETÁRIA DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA
CULTURA

RESUMO:

O presidente Miguel Matos abriu a sessão informando sobre a tramitação de projetos de lei sobre a regulamentação de serviços de *streaming* no Senado (PL 2.331/2022, aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos) e na Câmara dos Deputados (PL 8.889/2017).

O primeiro expositor, Tiago Mafra, diretor-presidente substituto da Ancine, apresentou a perspectiva da agência sobre a regulação, enfatizando a necessidade de valorizar a comunicação social como pilar de soberania e identidade nacional. Ele parabenizou os parlamentares envolvidos nos projetos de lei e destacou três eixos centrais para a regulação moderna de VOD: cotas, posição proeminente de conteúdos nacionais e contribuição financeira dos serviços. Mafra ressaltou a importância de distinguir decisões técnicas de escolhas políticas, especialmente em relação a cotas e tributação, e enfatizou que a tributação não deve recair sobre criadores de conteúdo, mas sim sobre quem se remunera pelo serviço. Ele apresentou eixos centrais de medidas regulatórias já adotadas no audiovisual, como a Condecine, monitoramento, proteção à produção brasileira independente e instrumentos de veiculação de conteúdo nacional. Mafra também alertou para a disputa por recursos de publicidade e a necessidade de cautela com a TV aberta.

Rosana dos Santos Alcântara, representante da indústria cinematográfica nacional, defendeu a importância da produção brasileira independente para o desenvolvimento do audiovisual. Ela lembrou o conceito legal de produção independente

e o sucesso da Lei da TV Paga (SeAC) na aplicação de cotas. Alcântara chamou a atenção para a necessidade de princípios e valores jurídicos além de questões econômicas na regulação do VOD, como a autodeterminação informativa. Ela destacou exemplos internacionais de regulação e taxação de VOD, como na França, com reversão de recursos para políticas públicas audiovisuais e estabelecimento de cotas.

Leonardo Edde, presidente do Sindicato Interestadual da Indústria Audiovisual, reforçou o consenso sobre a necessidade de regular o VOD no Brasil, um dos maiores mercados consumidores de audiovisual. Ele mencionou os parâmetros constitucionais relevantes para a regulação, como a liberdade de expressão e o estímulo à produção independente e regional. Edde salientou a importância de uma regulação abrangente para todas as modalidades de VOD, com a competência de regulamentação e fiscalização da Ancine e a criação da Condecine VOD sobre a receita bruta das plataformas, como pontos de consenso. Ele expressou preocupação com possíveis brechas nos projetos de lei que poderiam prejudicar a indústria nacional.

Cíntia Bittar, diretora da Associação das Produtoras Independentes do Audiovisual Brasileiro, também concordou com a necessidade de regulação, mas manifestou medo de brechas nos projetos de lei que poderiam permitir que empresas estrangeiras fossem equivocadamente reconhecidas como brasileiras. Ela defendeu uma contribuição mínima de 12% para a Condecine VOD, sem excluir a Condecine Remessa já existente. Bittar diferenciou os serviços de *streaming* de plataformas de compartilhamento.

mento de vídeo e mídias sociais, devido aos diferentes modelos de negócio.

Andressa Pappas, representante da Motion Picture Association do Brasil, apresentou dados sobre o impacto econômico da indústria audiovisual, mas alertou para a necessidade de mínima onerosidade na regulação, considerando a alta carga econômica já existente no Brasil. Ela defendeu o respeito aos interesses individuais dos consumidores e a ampliação da oferta de conteúdo.

Joelma Gonzaga, secretária do Audiovisual do Ministério da Cultura, reiterou a importância do debate para a formulação de um novo marco legal para o audiovisual brasileiro. Ela destacou o crescimento do segmento de VOD e a necessidade de políticas estatais para democratizar o acesso ao mercado e promover a produção nacional independente. Gonzaga enfatizou a proteção ao direito autoral e patrimonial da produção brasileira independente como um ponto inegociável.

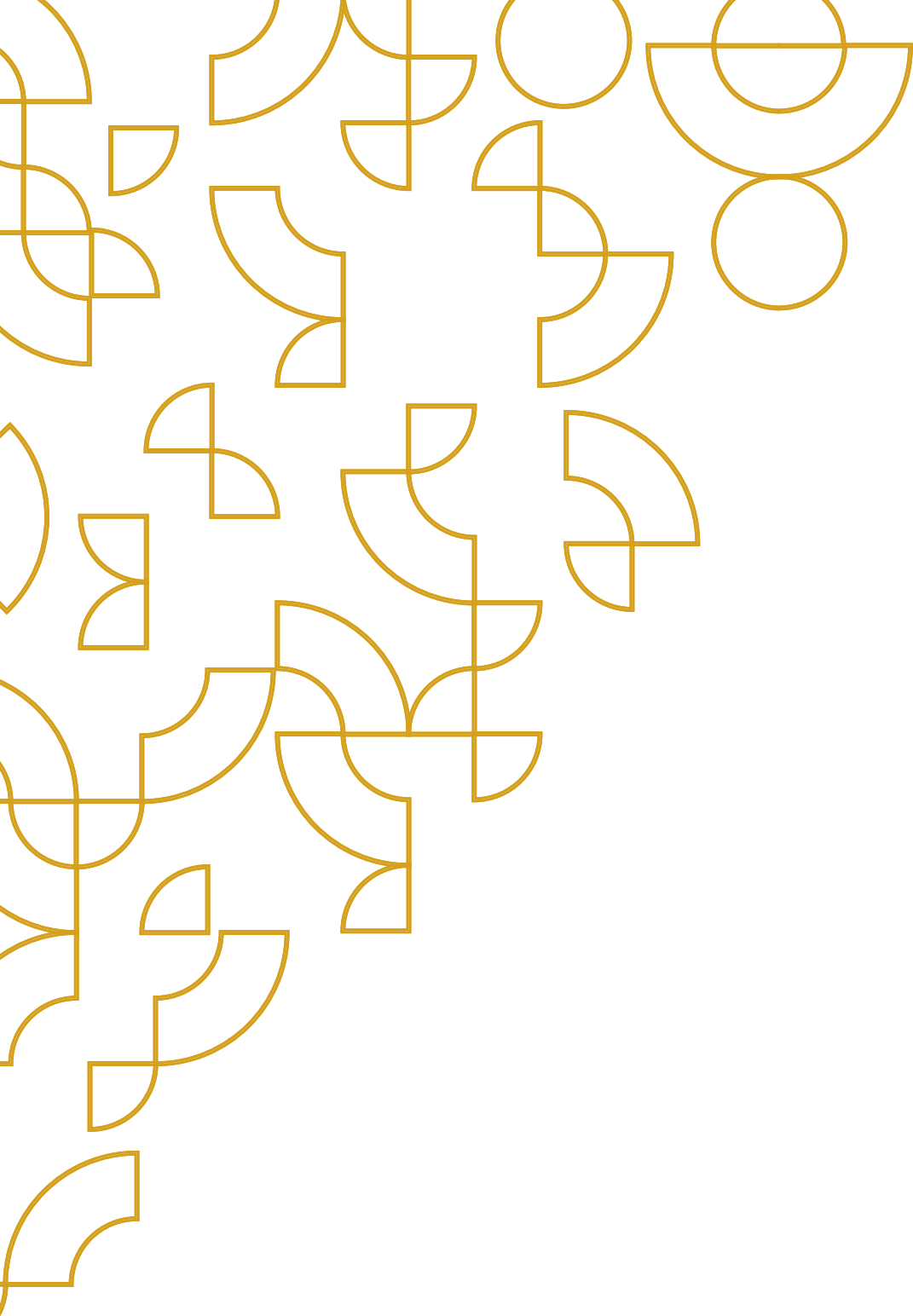
Durante as intervenções dos conselheiros, Sonia Santana questionou o impacto financeiro dos percentuais da Condecine e a importância da regulação para os trabalhadores. Fabio Andrade manifestou preocupação com uma regulação excessivamente rígida, como a do setor de TV paga. Davi Emerich defendeu a proteção da “alma brasileira” contida na produção nacional. João Camilo Júnior registrou o consenso sobre a necessidade de regular o VOD e saudou o trabalho dos relatores dos projetos de lei. Maria José Braga enfatizou a justiça fiscal e social como objetivos da tributação e a importância de incentivar a produção independente nacional. José Antônio de Jesus da Silva questionou como

a regulação diminuiria a precarização do trabalho no setor. Val-derez Donzelli perguntou sobre a possibilidade de retomada da regularidade do mercado.

A audiência pública evidenciou um consenso sobre a necessidade de regular os serviços de *streaming* no Brasil, com o objetivo de fortalecer a produção audiovisual nacional independente, garantir uma contribuição financeira para o setor e promover a diversidade cultural. No entanto, foram levantadas preocupações sobre o nível de oneração, possíveis brechas nas leis em tramitação e a necessidade de evitar uma regulação excessivamente rígida. A importância de proteger os direitos autorais e de garantir que a tributação não recaia sobre os criadores de conteúdo foram pontos recorrentes.



Diretora da Associação das Produtoras Independentes do Audiovisual Brasileiro, Cíntia Domit Bittar; representante da Indústria Cinematográfica Nacional no Conselho Superior de Cinema do Ministério da Cultura, Rosana Alcântara; presidente, conselheiro Miguel Matos; diretor-presidente substituto da Agência Nacional do Cinema, Tiago Mafra; presidente do Sindicato Interestadual da Indústria Audiovisual, Leonardo Edde; e representante da Motion Picture Association no Brasil, Andressa Pappas.



AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE

OS IMPACTOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA COMUNICAÇÃO SOCIAL

DATA DE REALIZAÇÃO: 3 DE JUNHO DE 2024

ÍTEGRA: <https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/767/reuniao/12644>

PARTICIPANTES:

Senador Eduardo Gomes

RELATOR DA COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA SOBRE
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL

Fernando José Garcia Moreira

COORDENADOR DO GRUPO DE TRABALHO DE
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA SOCIEDADE BRASILEIRA DE
ENGENHARIA DE TELEVISÃO (SET)

Tatiana Carilly Oliveira Andrade

PRÓ-REITORA DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CENTRO UNI-
VERSITÁRIO ARAGUAIA (UNiaraguaia)

Andreia Saad

REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO (ABERT)

Artur Lara Romeu

DIRETOR DO ESCRITÓRIO PARA A AMÉRICA LATINA DA
REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS

RESUMO:

O presidente Miguel Matos abriu a sessão destacando a relevância do tema e a participação de importantes expositores.

O senador Eduardo Gomes, relator da Comissão Temporária Interna sobre Inteligência Artificial no Brasil, apresentou um panorama do trabalho legislativo em curso, mencionando o PL 2.338/2023 e as diversas audiências públicas já realizadas. Ele enfatizou a complexidade da regulamentação da IA, a necessidade de uma lei “viva” e a importância de contribuições da sociedade. Gomes observou que não se deve esperar que a IA crie penalidades para crimes existentes. A conselheira Maria José Braga questionou a ausência de um órgão regulador para a comunicação social e o jornalismo diante dos impactos da IA.

Fernando José Garcia Moreira, da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão, abordou a ubiquidade da IA no audiovisual, afetando produção, acesso e consumo. Ele defendeu a transparência de certos algoritmos de IA e reafirmou a responsabilidade editorial dos profissionais de mídia. Andreia Saad, da Abert, focou no impacto da IA no jornalismo, apresentando tanto oportunidades (análise de dados, transcrição, personalização) quanto riscos (disseminação de erros e *fake news*). Saad defendeu a necessidade de legislação específica com obrigações de transparência dos algoritmos, rotulagem de conteúdo gerado por IA e proteção dos direitos autorais.

Tatiana Carilly Oliveira Andrade, do Centro Universitário Araguaia, trouxe uma perspectiva filosófica, utilizando o conceito de poder e saber de Foucault para analisar a convergência entre

computação e comunicação social. Ela expressou preocupações com a falta de transparência e responsabilidade no uso da IA e com a proliferação de *deepfakes*. Artur Lara Romeu, da Repórteres sem Fronteiras, apresentou as iniciativas da organização, como a Carta de Paris e o Projeto Espinosa. Ele alertou para os riscos de desinformação e manipulação em larga escala impulsionados pela IA. Romeu recomendou que sistemas de IA ampliem fontes confiáveis, que haja responsabilização clara para a criação de *deepfakes*, e que se garanta compensação justa pelo uso de conteúdo jornalístico no treinamento de IA.

Durante as discussões, diversos conselheiros fizeram intervenções. Patrícia Blanco enfatizou a importância da educação para o uso consciente da tecnologia. Davi Emerich ressaltou a necessidade de mobilização social e regulação urgente. Ana Flávia Cabral levantou preocupações sobre o uso não transparente de conteúdo jornalístico para treinar algoritmos de IA. Angela Cignachi mencionou a regulamentação do TSE para o uso de IA em eleições e o impacto da IA em setores como a dublagem. José Antônio manifestou preocupação com a perda de empregos na mídia devido à IA. O presidente Miguel Matos informou sobre um relatório gerado por IA com base nas perguntas do público via e-Cidadania, cujos principais temas foram regulamentação ética, impacto na comunicação e jornalismo, e impacto no mercado de trabalho.

No encerramento da audiência, os expositores fizeram considerações finais, reforçando a necessidade de regulamentação, políticas públicas e governança global para mitigar os riscos da IA na comunicação social.



Coordenador do Grupo de Trabalho de Inteligência Artificial na Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão (SET), Fernando José Garcia Moreira; vice-presidente, conselheira Patrícia Blanco; presidente, conselheiro Miguel Matos; senador Eduardo Gomes.

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA
DEBATER O TEMA DA SAÚDE DOS
PROFISSIONAIS DE COMUNICAÇÃO

DATA DE REALIZAÇÃO: 1º DE JULHO DE 2024

ÍNTegra: <https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/767/reuniao/12737>

PARTICIPANTES:

Cristiane Reimberg

ANALISTA EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA E JORNALISTA
NA FUNDACENTRO

Hélio Neves

MÉDICO SANITARISTA E PROFESSOR NA FACULDADE
DE CIÊNCIAS MÉDICAS DA SANTA CASA DE SÃO PAULO

Roseniura Santos

AUDITORA FISCAL DO TRABALHO

RESUMO:

O presidente da reunião, conselheiro José Antônio de Jesus da Silva, abriu os trabalhos destacando a importância do tema.

A primeira expositora, dra. Cristiane Reimberg, da Fundacentro, apresentou resultados de sua pesquisa de doutorado sobre a saúde dos jornalistas, concluída em 2015, e trabalhos posteriores. Ela focou na precarização e intensificação do trabalho, longas jornadas, flexibilização de direitos trabalhistas (*freelancers*, PJs), uso de técnicas fordistas e pós-fordistas, e crescente concentração de funções devido às novas tecnologias. Dra. Reimberg relatou diversos problemas de saúde percebidos pelos profissionais, como síndrome do pânico, ansiedade, insônia, dores físicas (coluna, pescoço, cabeça), e até questões relacionadas a condições de trabalho inadequadas. Ela também abordou a questão do assédio moral e sexual e o estresse, intensificado pela aceleração da produção de notícias. A pesquisadora mencionou um estudo do prof. José Roberto Heloani que apontou o alto índice de estresse entre jornalistas e o impacto da pandemia, com profissionais sujeitos a transtorno de estresse pós-traumático vicário.

O dr. Hélio Neves, médico sanitário, compartilhou sua experiência de atendimento no Centro de Referência ao Trabalhador, que inclui profissionais de rádio e telecomunicação. Ele observou o aumento significativo de problemas de saúde mental (ansiedade, depressão, *burnout*) em comparação com questões físicas (tendinites, perdas auditivas), que eram mais comuns anteriormente. Dr. Hélio discutiu o impacto do teletrabalho, com a dissolução das fronteiras entre vida pessoal e profissional e a

inadequação dos espaços de trabalho domésticos. Ele também mencionou problemas físicos decorrentes do uso de equipamentos não ergonômicos e a precarização do trabalho com a terceirização.

A dra. Roseniura Santos, auditora fiscal do Ministério do Trabalho e Emprego, enfatizou a ausência de normas de saúde e segurança específicas para os profissionais de comunicação. Ela apontou a necessidade urgente de traçar regulamentações adequadas e mencionou algumas normas gerais (NR-12, NR-33, NR-7, NR-10, NR-17) que se aplicam ao setor, mas de forma indireta. Dra. Santos abordou as mudanças significativas na NR-1 (Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR), que substituiu o PPRA, e o desafio de sua implementação. Ela destacou a importância da atuação das entidades representativas dos profissionais para exigir o cumprimento das normas.

Durante a audiência, a conselheira Maria José Braga expressou preocupação com o impacto da plataformização na saúde emocional dos jornalistas e mencionou uma pesquisa em andamento da FENAJ em parceria com a Fundacentro sobre saúde mental pós-covid-19. O conselheiro Luiz Antonio Gerace, representando técnicos cinematográficos, ressaltou as longas jornadas e a questão do assédio moral, defendendo o cumprimento das normas regulamentadoras. O conselheiro Davi Emerich destacou a gravidade dos problemas de saúde mental e a precariedade do SUS para atender a essas demandas.

Foram lidas diversas manifestações do e-Cidadania, abordando temas como radiofrequência, aposentadoria especial

para diversas categorias (radialistas, professores, telemarketing), auxílio de insalubridade, perseguição e estresse. Os expositores responderam às questões, reforçando a necessidade de ações coletivas, cumprimento das normas, e importância de estudos para embasar políticas públicas e regulamentações específicas para o setor. O presidente da sessão também se manifestou, endossando a relevância do debate para futuras discussões e ações no Congresso Nacional.

Analista em Ciência e Tecnologia e jornalista na Fundacentro, Cristiane Reimberg; conselheiro José Antonio de Jesus; auditora fiscal do Trabalho, Roseniura Santos; e médico sanitário e professor na Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, Hélio Neves.



AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE

REGULAÇÃO DAS REDES SOCIAIS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PROCESSO ELEITORAL

DATA DE REALIZAÇÃO: 5 DE AGOSTO DE 2024

ÍNTegra: <https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/767/reuniao/12829>

PARTICIPANTES:

Marina Pita

COORDENADORA DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO E
ENFRENTAMENTO À DESINFORMAÇÃO DA SECRETARIA DE
POLÍTICAS DIGITAIS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Fabício da Mota Alves

ADVOGADO ESPECIALISTA EM DIREITO DIGITAL E
MEMBRO DO CONSELHO CONSULTIVO DA ANATEL

Marilda Silveira

DOCTORA E MESTRE EM DIREITO ADMINISTRATIVO
E PROFESSORA DO IDP

RESUMO:

O presidente Miguel Matos abriu a sessão destacando a importância do tema em face das transformações digitais e dos desafios que essas tecnologias apresentam para a democracia. Ele ressaltou a necessidade de um debate coletivo e responsável para criar um ambiente digital mais seguro e transparente durante as eleições, protegendo o direito à informação correta. O presidente também lamentou a ausência de representantes das redes sociais e ferramentas de IA no debate.

O dr. Fabrício da Mota Alves, especialista em Direito Digital, iniciou as exposições por videoconferência, traçando um paralelo entre a regulação eleitoral da IA pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o debate sobre um marco regulatório geral para a IA no Senado Federal. Ele observou uma convergência entre ambos, baseada em princípios como transparência, prestação de contas e proteção de dados pessoais. Mencionou a influência do modelo europeu e a importância da responsabilização e da implementação de princípios éticos no uso da IA. Alves salientou que a regulação do TSE é específica para as eleições, enquanto a proposta do Senado teria uma aplicabilidade mais ampla. Ele também abordou a necessidade de educação e conscientização sobre o impacto da IA nas eleições.

A dra. Marilda Silveira, professora de Direito Administrativo, também por videoconferência, propôs separar a regulamentação de plataformas digitais da regulação de IA. Ela discutiu a dificuldade de fiscalização e a necessidade de repensar a obrigação de neutralidade para grandes plataformas com capacidade

de induzir visões de mundo. Silveira levantou a questão da competência regulatória, alertando para possíveis conflitos entre a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e o TSE. Ela também distinguiu entre riscos ao processo democrático e riscos ao processo eleitoral.

A dra. Marina Pita, da Secretaria de Políticas Digitais da Presidência da República, apresentou a perspectiva do governo federal, enfatizando a integridade da informação como um elemento central na regulação da IA e de plataformas digitais. Ela conceituou a integridade da informação como a disponibilidade de informações precisas, consistentes e confiáveis, essencial para a democracia. Pita mencionou o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial, que aborda diversos eixos, incluindo o apoio ao processo regulatório. Em relação ao projeto de lei de IA, destacou a divisão entre sistemas de risco excessivo, alto risco e outros com obrigações básicas. Ela também mencionou o Projeto de Lei nº 2.630, sobre a regulação de plataformas, e a necessidade de cuidado na moderação de conteúdo, baseada na legislação nacional, com avaliação de risco e auditorias. Pita respondeu a uma pergunta sobre a liberdade de imprensa e a regulação do TSE, defendendo a proteção do ecossistema informacional.

Durante as intervenções dos conselheiros, a dra. Angela Cignachi ressaltou a importância de o Legislativo regulamentar a IA complementando as resoluções do TSE. A conselheira Patrícia Blanco expressou preocupações sobre o impacto da resolução do TSE na liberdade de imprensa, especialmente para veículos

menores. O conselheiro Davi Emerich questionou a ausência da palavra “eleições” no projeto de lei de IA. O conselheiro Marcus Bennett perguntou sobre a colaboração entre a Secretaria de Políticas Digitais e o MEC e o TSE. A conselheira Maria José Braga indagou se o plano de IA teria algo provisório para as eleições. A dra. Marina Pita respondeu às questões, mencionando o diálogo com o TSE, o esforço de diálogo dentro do governo federal e as iniciativas em educação midiática. Ela também abordou a questão da publicidade e a necessidade de um debate sobre sua regulação. Ao final da audiência, o presidente informou que as perguntas da sociedade civil seriam encaminhadas aos expositores.



Conselheira Angela Cignachi; vice-presidente, conselheira Patrícia Blanco; presidente, conselheiro Miguel Matos; coordenadora de Liberdade de Expressão e Enfrentamento à Desinformação da Secretaria de Políticas Digitais da Presidência da República, Marina Pita.

AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE

A REGULAMENTAÇÃO DAS PLATAFORMAS DE *STREAMING*

DATA DE REALIZAÇÃO: 4 DE NOVEMBRO DE 2024

ÍTEGRA: <https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/767/reuniao/13056>

PARTICIPANTES:

Deputada Jandira Feghali

RELATORA NA COMISSÃO DE CULTURA DO PL 2.331/2022,
QUE DISPÕE SOBRE A OFERTA DE SERVIÇOS DE VÍDEO SOB
DEMANDA AO MERCADO BRASILEIRO E CRIA NOVA MODA-
LIDADE DE CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA
INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA NACIONAL (CONDECINE)

Joelma Oliveira Gonzaga

SECRETÁRIA DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA
CULTURA

Leonardo Edde

PRESIDENTE DO SINDICATO INTERESTADUAL DA
INDÚSTRIA AUDIOVISUAL - SICAV

Vera Zaverucha

ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO AUDIOVISUAL

Alana Rizzo

CHEFE DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO YOUTUBE BRASIL

RESUMO:

A vice-presidente Patrícia Blanco abriu a sessão destacando a tramitação de projetos de lei sobre o tema no Senado (PL 2.331/2022) e na Câmara dos Deputados (PL 8.889/2017).

A deputada federal Jandira Feghali, relatora do PL 2.331/2022 na Comissão de Cultura da Câmara, enfatizou que a discussão não é puramente técnica, mas sim de poder político e estratégico para o Brasil, envolvendo soberania, democracia, desenvolvimento econômico e valorização da produção nacional. Ela criticou a insuficiência do PL 2.331 e apontou avanços no PL 8.889, que teve um debate mais amplo. Feghali defendeu a necessidade de cobrança de um percentual das *big techs* pelo uso de conteúdo brasileiro (Condecine) e a definição de cotas de presença para a produção nacional nos catálogos, além de mecanismos para a fiscalização da Ancine. Ela alertou para a disseminação de notícias falsas prejudicando o avanço da regulamentação.

A secretária do Audiovisual do Ministério da Cultura, Joelma Gonzaga, manifestou satisfação com a relatoria de Jandira Feghali no PL 2.331, considerando o texto original insuficiente. Ela apresentou dados pré-pandemia demonstrando a potência econômica do setor audiovisual e defendeu uma regulação focada na produção brasileira independente, com proteção do direito autoral e patrimonial. Gonzaga destacou a importância da Condecine, cotas de catálogo e proeminência de conteúdo, defendendo uma alíquota não inferior a 6% sobre o faturamento bruto das plataformas, direcionada para o financiamento da produção independente.

O presidente do Sindicato Interestadual da Indústria Audio-visual (Sicav), Leonardo Edde, ressaltou que a discussão sobre audiovisual e cultura é sobre o futuro do país. Ele enfatizou o alto consumo de conteúdo digital no Brasil e o potencial da indústria criativa para geração de empregos e renda. Edde argumentou que a regulação é indutora de desenvolvimento econômico e social, citando exemplos como a cota de tela no cinema e a Lei nº 12.485 (TV por assinatura). Ele também alertou para o poder das *big techs* e a necessidade de priorizar a produção independente brasileira para garantir a soberania nacional.

A chefe de Políticas Públicas do YouTube Brasil, Alana Rizzo, apresentou o YouTube como uma plataforma aberta com diretrizes de comunidade que proíbem conteúdo violento, explícito e infrator de direitos autorais. Ela destacou a importância do YouTube para a economia criativa, gerando receita e empregos para diversos criadores. Rizzo defendeu que as políticas públicas de fomento devem se adaptar à diversidade do mercado atual, contemplando também os criadores independentes do YouTube, e alertou para a assimetria criada pelos PLs que poderiam beneficiar apenas uma parcela do setor. Ela defendeu uma regulação focada em princípios, evitando direcionamento a tecnologias específicas.

A especialista em regulação audiovisual e ex-diretora da Ancine, Vera Zaverucha, afirmou que o momento é decisivo para o futuro do audiovisual brasileiro, sendo a regulação essencial para garantir a soberania cultural e econômica. Ela defendeu a expansão do escopo do PL 8.889 para incluir a

televisão por aplicação de internet e a obrigatoriedade de que as cotas de conteúdo nacional sejam compostas por produções independentes. Zaverucha também defendeu o aumento da taxação das plataformas e a destinação de 50% desses recursos ao Fundo Setorial do Audiovisual, garantindo que os direitos autorais permaneçam com as produtoras independentes. Ela enfatizou que a questão é política e de soberania nacional, restando a ideia de aumento de custos para o consumidor devido à regulação.

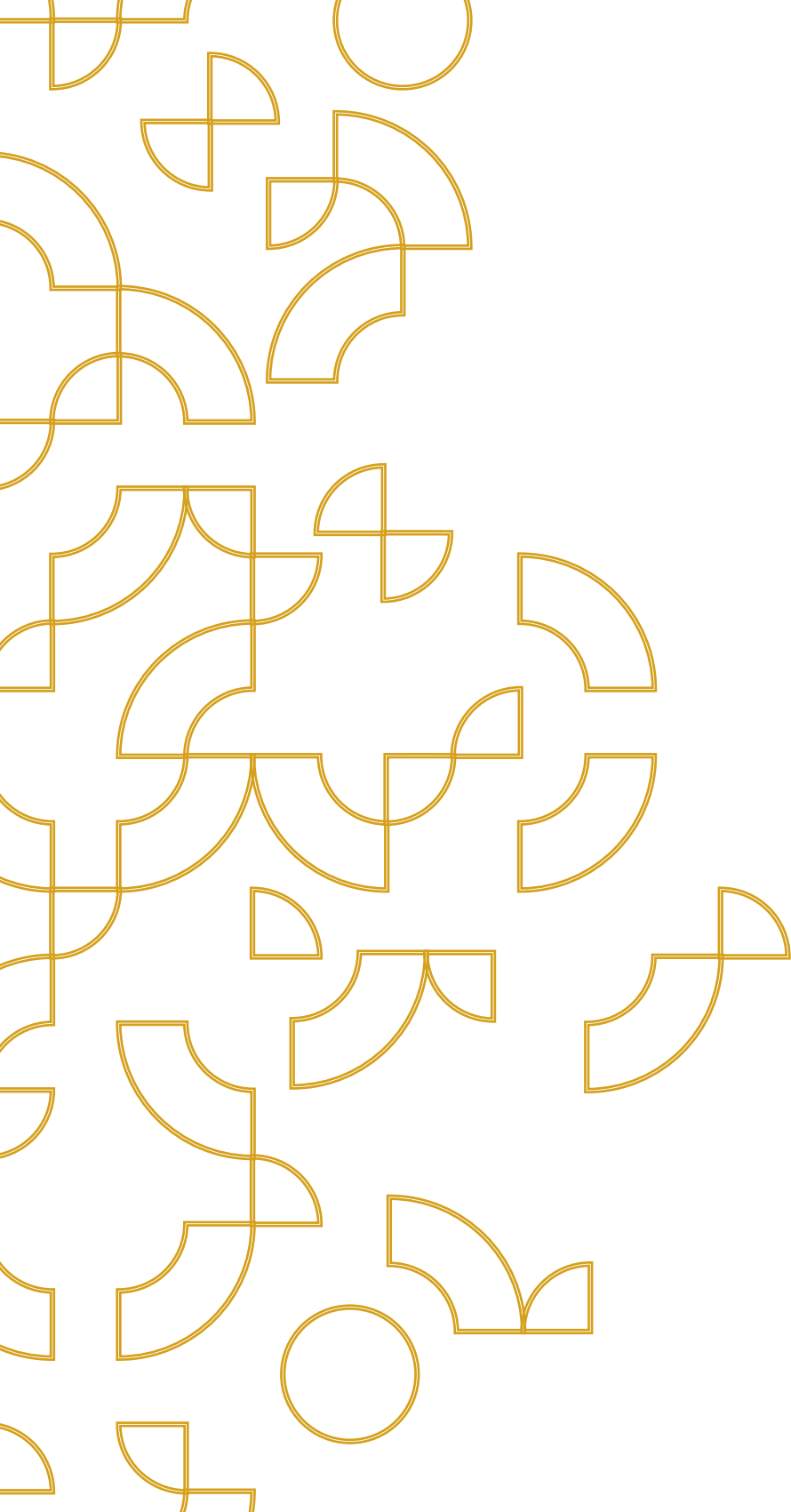
Durante as intervenções dos conselheiros, Sonia Santana defendeu a necessidade de regulação do VOD devido à ausência de contribuição e transparência das plataformas, além da importância de regular as condições de trabalho no setor e a necessidade de apensar os dois PLs. Débora Duboc ressaltou a importância da discussão para toda a sociedade brasileira, dada a convergência entre internet, redes e audiovisual, e manifestou preferência pelo PL relatado por André Figueiredo, enfatizando a soberania cultural. Luiz Antônio Gerace questionou o posicionamento de representantes patronais sobre a regulamentação trabalhista no setor. Maria José Braga destacou a convergência das falas sobre a necessidade de regulação e o foco na produção nacional, ressaltando a importância da soberania cultural e questionando a estratégia para priorizar o PL da Câmara. José Antônio de Jesus da Silva levantou preocupações sobre a veiculação de conteúdos violentos e *fake news* nas plataformas, questionando Alana Rizzo sobre os mecanismos de controle do YouTube. Davi Emerich criticou a falta de decisão na regulamentação, atribuindo o bloqueio

à pressão das *big techs*, e defendeu a afirmação da soberania política e cultural do Brasil, sem cair em “complexo de vira-lata”.

Ao final, foram lidas perguntas do público sobre direitos autorais, impacto nos preços, disseminação para camadas populares, transparência, diversidade cultural e inclusão de produções de emissoras públicas. Alana Rizzo respondeu à questão sobre conteúdo no YouTube, detalhando as políticas da plataforma e os mecanismos de remoção. Vera Zaverucha reforçou que a regulação não deve aumentar os custos para o consumidor e que o debate é sobre soberania nacional. A presidente encerrou a audiência agradecendo a todos os participantes.



Deputada Jandira Feghali fala ao Conselho de Comunicação Social por videoconferência.



AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE

TV 3.0 E DTV+: O SISTEMA DE TV ABERTA ORIENTADO A APLICATIVOS

DATA DE REALIZAÇÃO: 2 DE DEZEMBRO DE 2024

ÍNTegra: <https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/767/reuniao/13177>

PARTICIPANTES:

Sergio Santoro

COORDENADOR DO MÓDULO DE MERCADO DO FÓRUM DO SISTEMA BRASILEIRO DE TV DIGITAL TERRESTRE (FÓRUM SBTVD)

Ana Eliza Faria

COORDENADORA DO GRUPO DE TRABALHO DE MIGRAÇÃO DO SET E PARTICIPANTE DO FÓRUM SBTVD

Marcelo Moreno

COORDENADOR DO GRUPO DE TRABALHO DE CODIFICAÇÃO DE APLICAÇÕES DO FÓRUM SBTVD

Paulo Alcoforado

DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA (ANCINE)

RESUMO:

O sr. Sergio Santoro, coordenador do Módulo de Mercado do Fórum SBTVD, iniciou as exposições com um vídeo de apresentação da marca comercial DTV+. Ele apresentou dados de mercado, mostrando uma queda na participação da TV aberta nos investimentos publicitários, de 68% em 2015 para 55% em 2020, enquanto a internet ganhou espaço. Santoro destacou as vantagens da publicidade *online* (segmentação, mensuração, custo-benefício, crescimento do consumo *online*, interatividade, flexibilidade) como razões para essa mudança. Ele explicou que o atual padrão de TV não consegue competir, justificando a necessidade da TV 3.0, desenvolvida pelo Fórum SBTVD. A nova tecnologia não será retrocompatível, mas a transição buscará ser suave.

A sra. Ana Eliza Faria, coordenadora do Grupo de Trabalho de Migração da SET e participante do Fórum SBTVD, focou na integração entre *broadcast* e *broadband* proporcionada pela TV 3.0. Ela mencionou o Decreto nº 11.484, que estabeleceu a política pública para a TV 3.0. Faria apresentou a interface proposta, com um logo DTV+ visível na tela inicial e acesso direto via controle remoto para facilitar a navegação no catálogo de aplicativos de TV aberta. Ela também abordou a ideia de um aplicativo gov.br integrado. A expectativa é que os produtos-piloto estejam em desenvolvimento, com estações-piloto em São Paulo (meados de 2025) e Brasília (2026).

O sr. Marcelo Moreno, coordenador do Grupo de Trabalho de Codificação de Aplicações do Fórum SBTVD, detalhou os

quatro pontos principais da TV 3.0: convergência IP, plataforma de TV orientada a aplicativos, personalização e privacidade. Ele explicou a integração eficiente entre radiodifusão e internet através da camada de transporte *Route/Dash*, permitindo sincronismo e personalização. Moreno demonstrou o acesso aos canais lineares via aplicativos e a possibilidade de “zapear” entre eles. Ele também apresentou o conceito de perfis de telespectadores (armazenados localmente) para personalização, a inserção dinâmica de publicidade e conteúdo personalizado para a radiodifusão pública. Um ponto crucial foi a ênfase na privacidade, com mecanismos de consentimento e controle de dados pelos usuários, seguindo princípios da LGPD e GDPR.

O sr. Paulo Alcoforado, diretor da Ancine, trouxe a perspectiva de negócios relacionados ao conteúdo, destacando o complexo ambiente econômico do audiovisual com a concorrência de plataformas estrangeiras e a necessidade de isonomia tributária. Ele mencionou o desafio de encontrar os canais abertos nas interfaces de smart TVs e a importância da regulação do *streaming*. Alcoforado alertou para o problema de competitividade da TV aberta e a necessidade de desenvolver a capacidade de análise de dados para publicidade dirigida, além de questionar as parcerias entre emissoras e plataformas estrangeiras. Ele concluiu chamando a atenção para o risco de aprofundamento da participação econômica das plataformas estrangeiras e a importância de incluir a dimensão da regulação do conteúdo na formulação da TV 3.0.

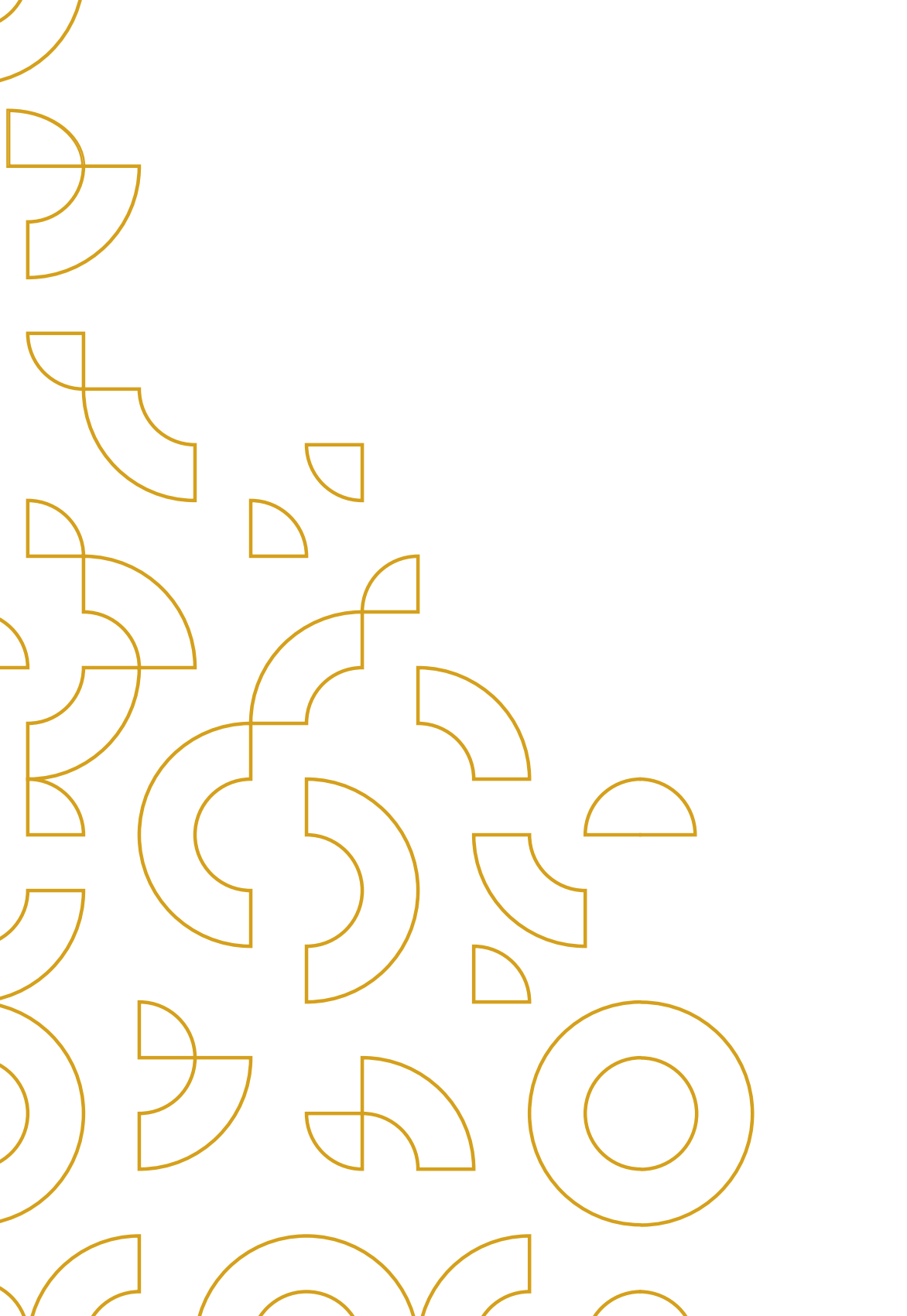
Os conselheiros levantaram diversas preocupações. O presidente Miguel Matos questionou o prazo de início, a necessidade de adaptação das televisões, a exclusão de idosos e a criação de bolhas de conteúdo. João Camilo Júnior enfatizou a importância da proeminência do serviço de televisão, com um botão de acesso direto no controle remoto, e o potencial da TV 3.0 para o serviço público de radiodifusão. Valderéz de Almeida Donzelli reforçou que a TV aberta continua sendo recebida pelo ar e destacou a importância da segmentação. Maria José Braga expressou frustração com a implementação da TV digital anterior e alertou para o risco de fortalecimento das plataformas de *streaming* e a criação de bolhas, prejudicando o debate público. Débora Duboc relacionou a questão à regulação da internet e a prevenção de bolhas. José Antônio de Jesus da Silva manifestou preocupação com o impacto econômico e nos empregos do setor. Rafael Soriano questionou a recepção do sinal no celular e o consumo de dados. Patrícia Blanco perguntou sobre o impacto da disponibilidade e custo da banda larga.

Em suas respostas, os expositores reafirmaram o objetivo de sustentabilidade e inclusão da TV aberta com a DTV+. Esclareceram que TV 3.0 é o nome do projeto e DTV+ é a marca comercial. Abordaram o desafio da TV no celular e a necessidade de um ecossistema adequado. Tranquilizaram sobre a continuidade do acesso aos canais abertos mesmo sem banda larga. Informaram que a implementação da TV 3.0 envolverá novos televisores ou receptores. Destacaram os esforços em *design thinking* e pesquisas com usuários para garantir a usabilidade para todas as faixas etárias e níveis de letramento digital. Reforçaram os mecanismos

de privacidade e a conformidade com a LGPD. O prazo estimado para o lançamento comercial efetivo da TV 3.0 é de um ano e meio a dois anos.



Coordenador do Módulo de Mercado do Fórum do Sistema Brasileiro de TV Digital Terrestre (Fórum SBTVD), Sergio Santoro; vice-presidente, conselheira Patrícia Blanco; presidente, conselheiro Miguel Matos; coordenadora do Grupo de Trabalho de Migração do SET e participante do Fórum SBTVD, Ana Eliza Faria; e coordenador do Grupo de Trabalho de Codificação de Aplicações do Fórum SBTVD, Marcelo Moreno.



AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE
A REGULAÇÃO DO VOD (*VIDEO
ON DEMAND*) NO BRASIL

DATA DE REALIZAÇÃO: 10 DE FEVEREIRO DE 2025

ÍNTegra: <https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/767/reuniao/13292>

PARTICIPANTES:

Joelma Gonzaga

SECRETÁRIA DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA
CULTURA

Paulo Alcoforado

DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA (ANCINE)

Raquel Valadares

DIRETORA DA ASSOCIAÇÃO DAS PRODUTORAS
INDEPENDENTES DO AUDIOVISUAL BRASILEIRO (API)

Mauro Garcia

PRESIDENTE EXECUTIVO DA BRASIL AUDIOVISUAL
INDEPENDENTE (BRAVI)

RESUMO:

A vice-presidente Patrícia Blanco abriu os trabalhos destacando o objetivo de discutir os desafios regulatórios e as transformações no mercado audiovisual impulsionadas pelas plataformas de *streaming*, visando um ambiente mais justo para consumidores e produtores.

Paulo Alcoforado, diretor da Ancine, iniciou sua exposição abordando a regulação do VOD como parte do imenso desafio da regulação da internet no país, afetando diversos setores além do audiovisual. Ele enfatizou a necessidade de se garantir a competitividade das empresas brasileiras e criar regras de convivência entre diferentes portes e origens. Alcoforado apontou que o VOD é a atividade econômica mais relevante e menos regulada no audiovisual, com falta de informações sobre assinantes e receitas. Ele ressaltou a importância de uma abordagem multissetorial coordenada pelo Executivo, envolvendo diversos órgãos reguladores como Ancine, Anatel, Cade, ANPD, entre outros. O diretor da Ancine mencionou a agenda regulatória da Ancine para 2025, que poderá abordar coleta de informações do mercado audiovisual, revisão de normas de TV, regulamentação para TV 3.0, procedimentos fiscais, publicidade *online*, registro de provedores de VOD, jogos eletrônicos e contratos audiovisuais.

Raquel Valadares, diretora da API, apresentou dois pontos cruciais e um apelo. Primeiramente, esclareceu a definição de produção brasileira independente, diferenciando-a de produções de empresas verticalizadas, como a novela *Beleza Fatal*

da Max (Warner). Em segundo lugar, defendeu a necessidade da Condecine para as plataformas de VOD, similar à contribuição de outros segmentos do audiovisual e telecomunicações para o Fundo Setorial do Audiovisual (FSA). Valadares criticou o *lobby* que isentou as plataformas dessa contribuição e alertou para o risco de exploração do mercado brasileiro. Seu apelo final foi à União para defender a soberania nacional e o bem-estar social frente aos interesses do “Norte Global”.

Mauro Garcia, presidente da Bravi, concordou com as exposições anteriores, focando na questão da propriedade intelectual e na dificuldade de sustentabilidade das produtoras independentes que não detêm os direitos de suas obras. Criticou a regulação baseada em tecnologia, defendendo um marco civil do audiovisual atemporal. Garcia apontou problemas nos projetos de lei em tramitação, como a má definição de produção independente e o investimento direto nas plataformas sem garantia de propriedade intelectual para as produtoras. Ele enfatizou a natureza de economia circular do audiovisual e a importância de um mercado brasileiro forte.

Joelma Gonzaga, secretária do Audiovisual do Ministério da Cultura, participou remotamente, reforçando a urgência da regulamentação do VOD e o engajamento do governo nessa pauta. Ela destacou o impacto econômico do setor audiovisual e a necessidade de proteger o mercado nacional. Gonzaga enfatizou a importância de proteger o direito autoral e patrimonial da produção brasileira independente, de mecanismos como cotas de catálogo e proeminência, da contribuição financeira

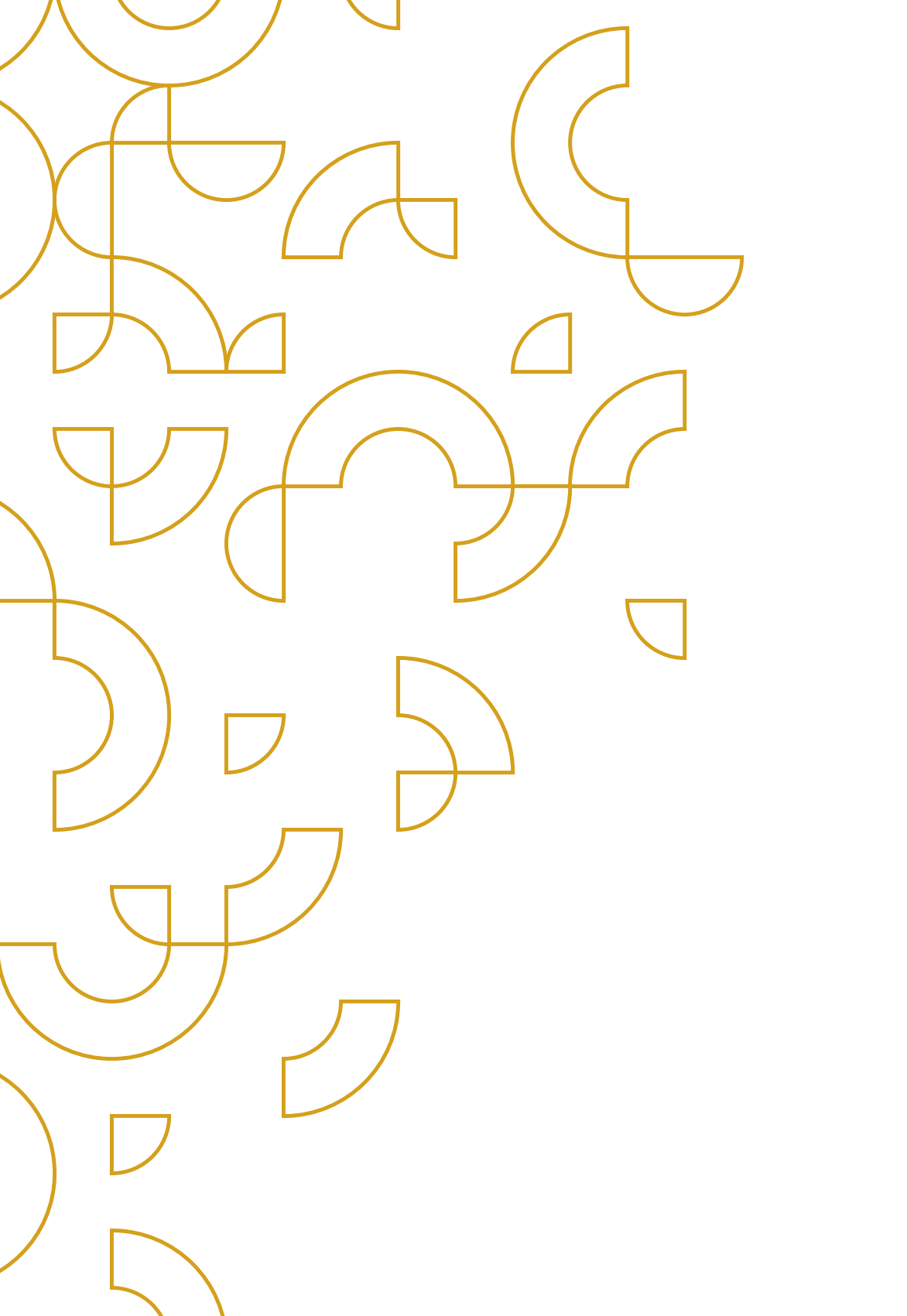
via Condecine (sobre o faturamento bruto) e de investimento direto exclusivo na produção independente. Ela também defendeu uma janela entre a exibição nos cinemas e nas plataformas de VOD e maior transparência de dados.

Nas intervenções dos conselheiros, Sonia Santana defendeu as produtoras independentes, a regulação da internet e a transparência das plataformas, alertando para o *lobby* e as condições de trabalho desafiadoras no *streaming*. Marcus Bennett questionou como o fomento à produção nacional ocorreria na prática e se vender licenças para grandes plataformas seria menos vantajoso. Maria José Braga enfatizou a importância cultural do audiovisual e questionou a estratégia de focar na regulação de VOD *versus* uma lei mais abrangente, além de pedir esclarecimentos a Paulo sobre as ações da Ancine. João Camilo Júnior expressou o sentimento em relação aos projetos de lei em tramitação e a expectativa de consenso entre Senado e Câmara. Débora Duboc (remotamente) manifestou apoio à urgência da regulação e ofereceu a colaboração do Conselho. Diversas perguntas e comentários da sociedade civil via e-Cidadania e Alô Senado abordaram temas como modelos de tributação, equilíbrio entre incentivo e investimentos, concorrência, transparência de dados, preços para consumidores, *timing* da regulação e inclusão.

Ao final, os participantes reforçaram a urgência de uma regulamentação que proteja a produção nacional, promova a competitividade e estabeleça regras claras para as plataformas de *streaming*, considerando tanto o mercado interno quanto o potencial de distribuição global do conteúdo brasileiro.



Na mesa, o presidente executivo da Brasil Audiovisual Independente (BRAVI), Mauro Garcia; a vice-presidente, conselheira Patrícia Blanco; o diretor da Agência Nacional do Cinema, Paulo Alcoforado; e a diretora da Associação das Produtoras Independentes do Audiovisual Brasileiro, Raquel Valadares.



AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A
REGULAMENTAÇÃO DA LEI
Nº 15.100/2025 E O QUE
VEM DEPOIS DA RESTRIÇÃO
DE CELULARES NAS ESCOLAS

DATA DE REALIZAÇÃO: 10 DE MARÇO DE 2025

ÍNTegra: <https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/767/reuniao/13316>

PARTICIPANTES:

Secretário Renan Ferreirinha

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E RELATOR DO PROJETO QUE RESULTOU NA LEI Nº 15.100/2025

Anita Stefani

DIRETORA DE APOIO À GESTÃO EDUCACIONAL NO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Israel Batista

CONSELHEIRO DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Rodrigo Nejm

ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO DIGITAL DO INSTITUTO ALANA

RESUMO:

A vice-presidente Patrícia Blanco abriu a sessão destacando o objetivo de discutir os primeiros efeitos da legislação e o que se espera após a restrição, considerando experiências no Rio de Janeiro e as novas diretrizes do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Renan Ferreirinha, secretário municipal de Educação do Rio de Janeiro e relator do projeto de lei, apresentou a experiência pioneira do Rio na implementação da proibição. Ele argumentou que a medida surgiu da preocupação com o uso excessivo de telas e suas consequências negativas, citando o relatório da Unesco de 2023 e o livro *A Geração Ansiosa*, de Jonathan Haidt. Ferreirinha mencionou a alta aprovação da medida em consulta pública no Rio e os resultados positivos, como a melhora no desempenho em matemática e a redução do *bullying*. Ele enfatizou que a lei proíbe o uso, mas permite o porte do celular, importante para a comunicação entre famílias e alunos antes e depois das aulas. Destacou que a tecnologia pode ser parceira na educação quando usada de forma consciente e pedagógica, como nos Ginásios Educacionais Tecnológicos (GETs) do Rio.

Anita Stefani, diretora de Apoio à Gestão Educacional do Ministério da Educação (MEC), apresentou dados da pesquisa TIC Kids sobre o crescente acesso precoce a celulares e o uso da internet por crianças e adolescentes. Ela abordou o impacto do uso excessivo na saúde mental e ressaltou o papel complementar do MEC em apoiar estados e municípios na implementação da lei,

oferecendo webinários, materiais e cursos de formação para professores. Stefani diferenciou a restrição do uso não pedagógico do incentivo ao uso intencional para fins educacionais e destacou a importância da educação digital e midiática, já prevista na BNCC.

Israel Batista, conselheiro do CNE e relator da resolução sobre o uso de dispositivos digitais nas escolas, detalhou as diretrizes operacionais aprovadas pelo Conselho. Ele explicou que o objetivo é promover um uso estruturado e pedagógico da tecnologia, evitando o imprevisto e a distração. Os princípios das diretrizes incluem o uso pedagógico planejado, a autonomia das redes e escolas, e a inclusão e acessibilidade. Batista mencionou as exceções à proibição de uso não pedagógico (tecnologia assistiva, saúde, direitos fundamentais, emergências) e a flexibilidade nos modelos de guarda dos aparelhos. Ele também enfatizou a importância da formação docente e da educação digital e midiática no currículo, abordando temas como cidadania digital e combate à desinformação.

Rodrigo Nejm, especialista em Educação Digital do Instituto Alana, considerou a Lei nº 15.100 como um “freio de arrumação” diante de uma situação de emergência de saúde mental e desatenção. Ele complementou com dados sobre o acesso precoce à internet e a carência de habilidades digitais críticas entre os jovens. Nejm defendeu uma “emancipação digital” que amplie o repertório de experiências digitais dos estudantes e criticou o design manipulativo de plataformas. Ele destacou a importância da conexão com as diretrizes do Conanda para a proteção de

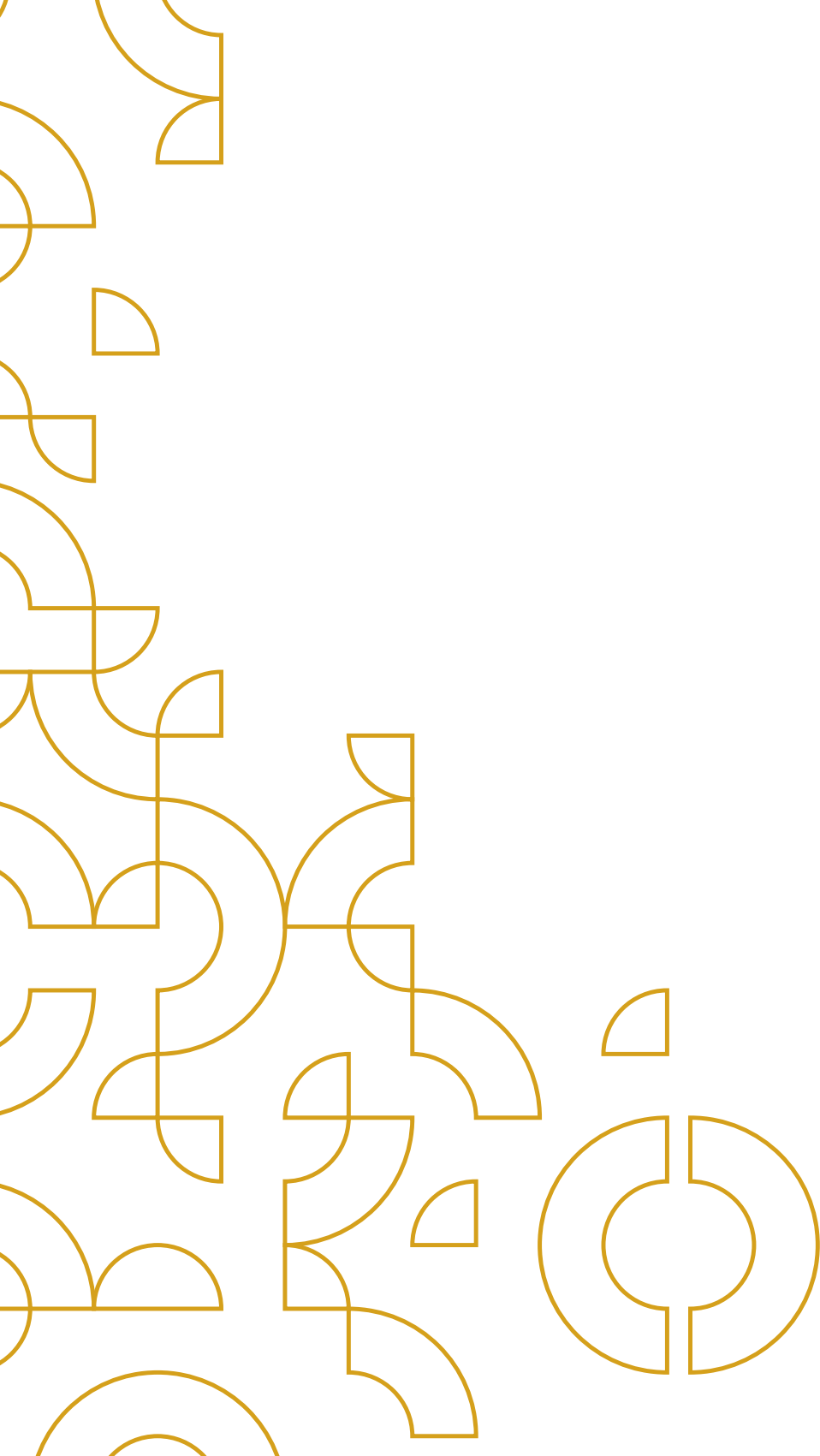
crianças no ambiente digital e clamou por mais pesquisa e inovação ética em tecnologia educacional.

Mariana Chagas, da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), enfatizou a necessidade de os estudantes serem ouvidos na construção e implementação das leis. Ela levantou preocupações sobre a segurança digital, a formação dos professores e a infraestrutura escolar ao se restringir o uso de celulares. Chagas também ressaltou a importância do apoio psicossocial nas escolas diante do impacto da tecnologia na saúde mental dos jovens.

Nas intervenções dos conselheiros, Patrícia Blanco reforçou a ideia de que a escola não é um local para uso recreativo de celular e destacou o desafio para as famílias. Maria José Braga conectou o tema com a comunicação, vendo a lei como um começo necessário e urgente para a implementação da educação digital e midiática. Angela Cignachi refletiu sobre o impacto da lei na educação, saúde e segurança, enfatizando a necessidade de um pacto social para sua implementação. Renato Godoy de Toledo questionou sobre a inserção desses temas no Plano Nacional de Educação (PNE). As perguntas do público via e-Cidadania abordaram a flexibilidade em emergências, o acompanhamento da lei nos municípios, a responsabilidade pela guarda dos aparelhos, a efetividade da lei e a melhoria da infraestrutura escolar.



Vice-presidente, conselheira Patrícia Blanco; diretora de Apoio à Gestão Educacional no Ministério da Educação, Anita Stefani; conselheiro do Conselho Nacional de Educação, Israel Batista.



AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE

A REGULAÇÃO DAS REDES SOCIAIS

DATA DE REALIZAÇÃO: 7 DE ABRIL DE 2025

ÍNTEGRA: <https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/767/reuniao/13383>

PARTICIPANTES:

Carlos Manuel Baigorri

PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE
TELECOMUNICAÇÕES (ANATEL)

Renata Mielli

COORDENADORA DO COMITÊ GESTOR DA INTERNET
NO BRASIL (CGI.BR)

Tulio Chiarini

PESQUISADOR NO CENTRO DE PESQUISA EM CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E SOCIEDADE DO IPEA

Jamil Assis

DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DO
INSTITUTO SIVIS

RESUMO:

A audiência pública reuniu especialistas e representantes da sociedade civil para debater os desafios e caminhos da regulação das redes sociais no Brasil. O presidente do Conselho, Miguel Matos, destacou a complexidade do tema, que envolve equilíbrio entre liberdade de expressão, combate à desinformação, responsabilidade das plataformas e proteção da democracia.

Carlos Baigorri, presidente da Anatel, apontou que o anonimato é um dos principais problemas do ambiente digital, pois impede a responsabilização por conteúdos ofensivos e criminosos. Defendeu a necessidade de uma legislação que obrigue a identificação dos usuários, como foi feito no passado com a telefonia móvel por meio da “Lei do Cadastro Pré-Pago”. Criticou o artigo 19 do Marco Civil da Internet, que isenta as plataformas da responsabilidade sobre o conteúdo, criando um “ambiente de terra de ninguém”.

Renata Mielli, coordenadora do Comitê Gestor da Internet no Brasil, explicou que o artigo 19 deve ser mantido para provedores que não interferem na circulação de conteúdos, como serviços de e-mail e hospedagem, mas precisa ser revisto no caso das redes sociais, que atuam ativamente sobre o alcance dos conteúdos por meio de algoritmos. Defendeu maior transparência das plataformas, processos de moderação claros e proteção aos dados dos usuários, destacando que os principais disseminadores de desinformação não são anônimos, e sim figuras públicas conhecidas.

Tulio Chiarini, pesquisador do Ipea, abordou o processo de plataformação e destacou o poder das grandes corporações tecnológicas, que controlam infraestruturas críticas da comunicação e economia. Chamou atenção para a concentração de mercado, o uso massivo de dados pessoais e os desafios regulatórios diante do rápido avanço tecnológico. Propôs a criação de capacidades públicas para auditar algoritmos e fortalecer a atuação estatal.

Jamil Assis, do Instituto Sivos, apresentou dados de pesquisa sobre a percepção da população e dos parlamentares sobre liberdade de expressão e regulação. Mostrou apoio majoritário a algum nível de regulação das redes sociais, com preferência por um modelo misto (autorregulação com participação estatal). Sugeriu que a regulação ocorra por meio de microrreformas graduais, começando por temas de consenso como transparência, direitos dos usuários e educação midiática.

Conselheiros como Maria José Braga e Bia Barbosa reforçaram a necessidade de uma regulação progressiva e de um modelo regulatório independente e multissetorial, com forte participação social e transparência, capaz de lidar com os desafios do ambiente digital sem comprometer direitos fundamentais.

Questionado sobre a possibilidade de a Anatel ser o órgão responsável pela regulação das redes sociais no Brasil, Carlos Baigorri afirmou que, embora a agência não tenha atualmente competência normativa para regular redes sociais, a autarquia vem sendo acionada com frequência pelo Judiciário e por outras instâncias do Estado para executar medidas no ambiente digital,

como bloqueios de sites e plataformas — incluindo apostas ilegais, pirataria e, recentemente, o Twitter/X.

Ele explicou que as redes sociais são consideradas serviços de valor adicionado, não se enquadrando como serviços de telecomunicações sob a Lei Geral de Telecomunicações, e por isso não estão sob regulação direta da Anatel. No entanto, ressaltou que a Anatel possui características importantes para exercer esse papel regulador, como autonomia legal, independência técnica, financeira e estabilidade de mandato de seus dirigentes, o que a torna apta a assumir, caso seja atribuída por lei, responsabilidades na regulação do ambiente digital e das redes sociais.

Jamil Assis, diretor do Instituto Sivs; vice-presidente, conselheira Patrícia Blanco; presidente, conselheiro Miguel Matos; e Carlos Baigorri, presidente da Anatel.





An abstract geometric pattern composed of thin yellow lines and shapes, including circles, semi-circles, and quarter-circles, arranged in a complex, overlapping manner. The pattern is set against a dark teal background. The shapes are primarily located in the upper half of the image, with some extending towards the bottom left.

RECOMENDAÇÕES

RECOMENDAÇÃO EM

FAVOR DA LIBERDADE DO JORNALISTA JULIAN ASSANGE

IDENTIFICAÇÃO: RRC 1/2023

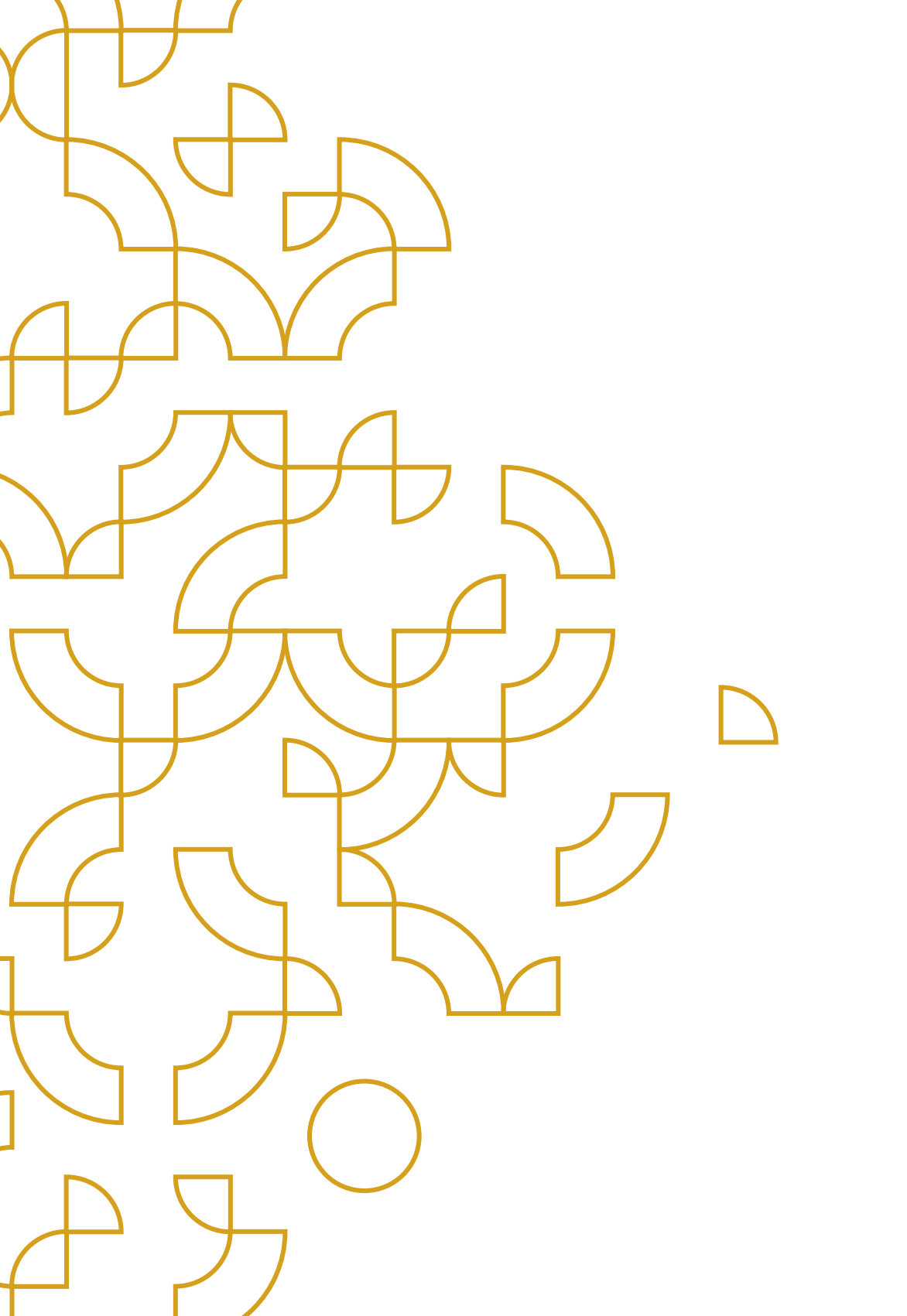
EMENTA: Recomenda ao Congresso Nacional manifestação pública em favor da liberdade do jornalista australiano Julian Assange, fundador do WikiLeaks, e contra sua extradição do Reino Unido para os Estados Unidos.

ÍNTegra: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/pesquisa/-/materia/160929>

RESUMO:

Em 3 de julho de 2023, na 3ª reunião do ano, o Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional aprovou a Recomendação nº 1, de 2023, que “recomenda ao Congresso Nacional manifestação pública em favor da liberdade do jornalista australiano Julian Assange, fundador do WikiLeaks, e contra sua extradição do Reino Unido para os Estados Unidos”.

O documento recomenda, ainda, que o presidente do Congresso Nacional interceda junto ao presidente da República para que o governo brasileiro inicie negociação internacional pela liberdade do jornalista.



RECOMENDAÇÃO SOBRE

PRINCÍPIOS, DIRETRIZES E PARÂMETROS PARA A SUSTEN- TABILIDADE DO JORNALISMO

IDENTIFICAÇÃO: RRC 1/2024

EMENTA: Recomenda ao Congresso Nacional princípios, diretrizes e parâmetros a serem observados nas proposições, discussões e votações de projetos de lei que tenham como finalidade dispor sobre a sustentabilidade do Jornalismo.

ÍNTEGRA: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/pesquisa/-/materia/164379>

RESUMO:

Em 1º de julho de 2024, na 6ª reunião do ano, o Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional aprovou a Resolução nº 1, de 2024, sugerindo aos congressistas diretrizes e parâmetros a serem observados nas proposições, discussões e votações de projetos de lei que tenham como finalidade dispor sobre a sustentabilidade do Jornalismo.

O documento aborda a crise do modelo de negócios do jornalismo brasileiro, apontando para a diminuição de veículos de comunicação, empregos e formas de financiamento da produção jornalística, tornando a situação insustentável. Historicamente, a sustentação econômica do Jornalismo dependeu da publicidade e venda de assinaturas, mas o pagamento pelo acesso tem migrado para as grandes plataformas digitais.

O Conselho Nacional tem debatido a necessidade de medidas regulatórias para a sustentabilidade do Jornalismo. Diversas iniciativas legislativas foram apresentadas com o objetivo de garantir a sustentabilidade econômica do setor, com destaque para projetos de lei que propõem a remuneração do conteúdo jornalístico pelas plataformas digitais. O PL 9.610/1998, o PL 4.255/2020, o PL 1.586/2021, o PL 2.950/2021 e o PL 78/2022 são mencionados como exemplos de propostas que visam remunerar o conteúdo jornalístico utilizado por plataformas. O PL 2.630/2020 também é citado por suscitar debates sobre a atuação das plataformas digitais.

Em uma dessas audiências, foram apresentadas exposições sobre a “Sustentabilidade da Comunicação Social” por representantes de diversas entidades ligadas ao jornalismo. A Comissão de Relatoria do CCS analisou os projetos de lei em tramitação, especialmente o PL 2.630/2020 e o PL 2.370/2019, realizando debates e ouvindo diversos setores da sociedade. A Comissão elaborou a presente Recomendação com princípios, diretrizes e parâmetros a serem observados para a aprovação de leis que tratem da sustentabilidade do jornalismo, visando garantir benefícios para os

trabalhadores, empresas, cidadãos e também informação jornalística.

A Recomendação lista os seguintes princípios, diretrizes e parâmetros:

PRINCÍPIOS

- As liberdades de imprensa e de expressão são direitos inalienáveis.
- O Jornalismo, como forma de conhecimento da realidade imediata, é um bem social, imprescindível para a democracia.
- O Jornalismo é um bem social ainda mais necessário, após o desenvolvimento de um ecossistema de desinformação, assentado na difusão de conteúdos falsos (informações incorretas, por meio de conteúdos enganosos e/ou falsas conexões) e conteúdos nocivos ao tecido social (discursos de ódio, assédio moral, apologia à violência, entre outros).
- O Jornalismo é efetivamente o meio mais eficaz de combate à desinformação.
- Direito autoral é aplicado ao Jornalismo.
- Veículos e profissionais do Jornalismo têm direito à remuneração pela utilização de sua produção pelas plataformas digitais.
- Devido à sua importância social, o Jornalismo pode ser beneficiário do financiamento público.
- Justiça fiscal é um dos componentes da justiça social.

- A regulação econômica das diversas atividades produtivas, inclusive na economia digital, é papel do Estado.
- Toda e qualquer corporação com atuação no Brasil está sujeita às determinações legais do país.

DIRETRIZES

- Valorização do Jornalismo profissional, entendido como a produção de informação jornalística feita por profissionais jornalistas, empregados de empresas jornalísticas ou atuantes em cooperativas e/ou organizações jornalísticas de caráter colaborativo e sem fins lucrativos e, ainda, atuantes de maneira independente, em sites de notícias próprios ou associados.
- Fomento ao Jornalismo profissional.
- Combate à assimetria regulatória existente entre os setores da comunicação/Jornalismo e as plataformas digitais.
- Combate à desinformação e aos “desertos de notícias”.
- Fortalecimento dos veículos de comunicação regionais e locais.
- Regulação econômica da atuação das plataformas digitais, com a taxação no país e com a obrigatoriedade de remuneração do conteúdo jornalístico.
- Regulação da atuação das plataformas digitais com a imposição de medidas de transparência, obrigatoriedade de difusão de conteúdo jornalístico e medidas

punitivas em caso de boicote ao conteúdo jornalístico para fugir da obrigatoriedade da remuneração.

- Definição precisa que as plataformas digitais devem remunerar a utilização do conteúdo jornalístico utilizando, por exemplo, o número de usuários e a receita obtida no Brasil.
- Definição precisa da informação jornalística a ser remunerada.
- Definição precisa dos produtores da informação jornalística que terão direito à remuneração, contemplando as pequenas empresas, organizações colaborativas e produtores independentes.

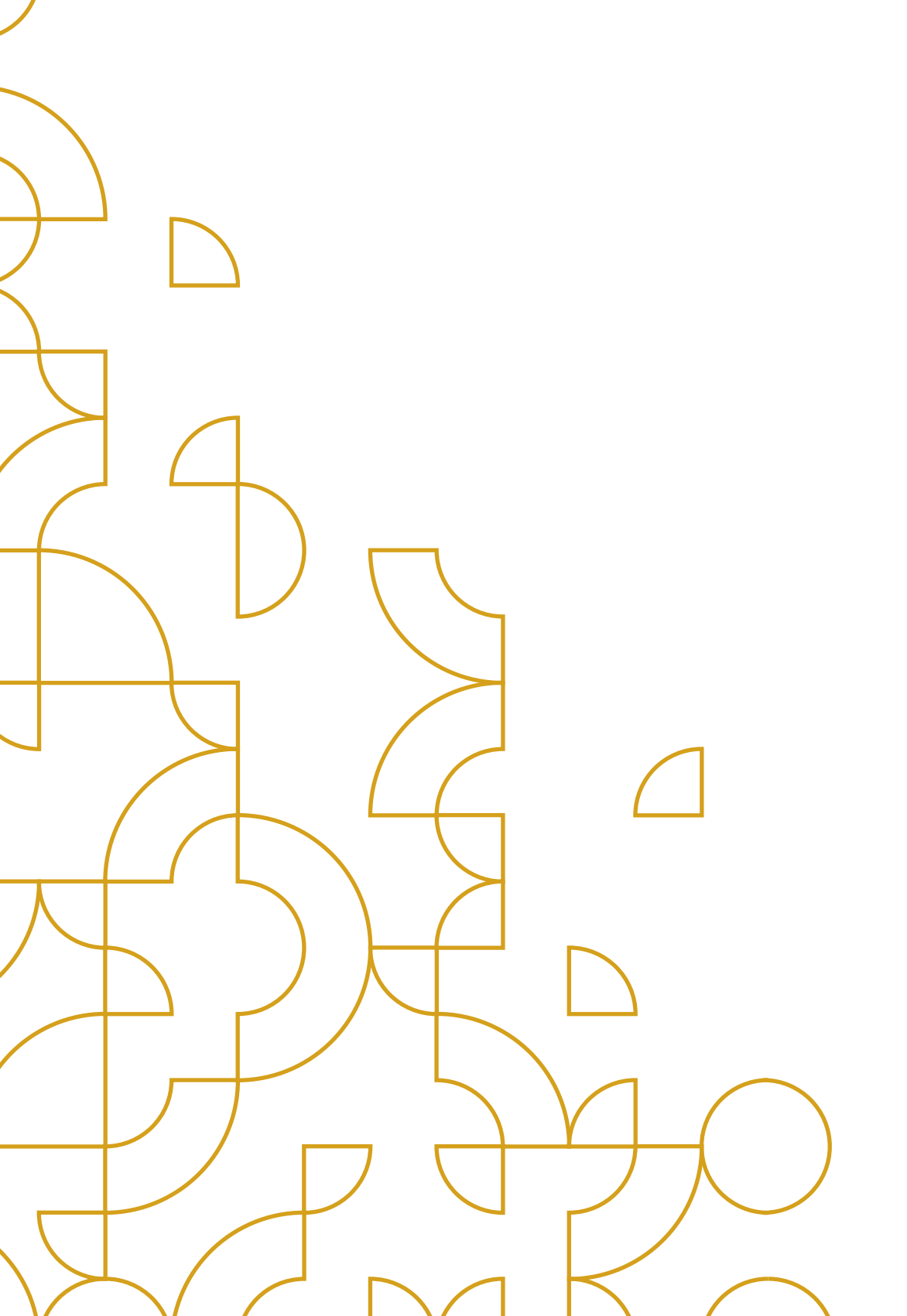
PARÂMETROS

- A sustentabilidade do Jornalismo no Brasil exige mais de uma medida regulatória. Para a viabilidade econômica da atividade jornalística duas medidas, que não são excludentes e sim complementares, podem ser adotadas: a remuneração pela utilização do conteúdo jornalístico por parte das plataformas digitais e a taxação dessas plataformas, com destinação dos recursos para o apoio e fomento do Jornalismo.
- Experiências de outros países, como a Austrália e o Canadá, mostram que a negociação livre e direta entre plataformas digitais e empresas jornalísticas acarreta problemas como exclusão de pequenas empresas e de jornalistas independentes das negociações e chanta-

gens por parte das plataformas, com medidas de boicote ao Jornalismo. Assim, o Brasil deve adotar como parâmetro a negociação obrigatória, mediada e inclusiva, permitindo que pequenas empresas jornalísticas e jornalistas independentes possam ser representados por associações.

- A legislação brasileira deve prever a arbitragem para os casos de negociações infrutíferas.
- Os critérios para a remuneração do conteúdo jornalístico devem ser objetivos, mas não podem ser definidos somente pelo número de publicações e/ou de acesso a elas (cliques). Outros critérios, como localidade e abrangências locais e regionais, devem ser adotados.
- A taxação das plataformas – independentemente de outros tributos – deve ser feita por meio da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), devido à sua natureza de tributo reparador dos possíveis danos causados ao setor produtivo por outro. A CIDE permite a definição de sua destinação, no ato de sua criação.
- O fomento ao Jornalismo pode se dar por meio da criação de um fundo público, abastecido com recursos da CIDE e gerido com participação social.
- A destinação dos recursos do fundo público deve fomentar o Jornalismo regional e local, bem como a diversidade e pluralidade da informação jornalística.

- A sustentabilidade da produção da informação jornalística foi afetada de maneira negativa pela atuação das plataformas digitais.
- Conteúdo jornalístico é ferramenta de engajamento nas redes sociais e de geração de receitas.



RECOMENDAÇÃO DE
ALTERAÇÃO DO REGIMENTO
INTERNO DO CONSELHO DE
COMUNICAÇÃO SOCIAL DO
CONGRESSO NACIONAL

IDENTIFICAÇÃO: RRC 1/2025

EMENTA: Recomenda à Mesa do Senado Federal alterações no regimento interno do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional.

ÍNTEGRA: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/pesquisa/-/materia/167176>

RESUMO:

Em 10 de fevereiro de 2025, na 2ª reunião do ano, o Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional aprovou a Recomendação nº 1, de 2025, sugerindo à Mesa do Senado Federal alterações no Regimento Interno do Colegiado para adequá-lo às mudanças legais propostas pela Recomendação nº 2, de 2024, caso elas venham a ser aprovadas pelo Congresso Nacional. O objetivo do documento é adaptar o Regimento Interno às mudan-

ças propostas no anteprojeto de lei de alteração da Lei nº 8.389, de 1991, como a ampliação da quantidade de membros, por exemplo.

Além disso, a Recomendação adapta algumas atribuições da Presidência do Conselho de Comunicação Social, atualiza procedimentos e busca aprimorar procedimentos do Colegiado.

RECOMENDAÇÃO DE

ALTERAÇÃO DA LEI QUE INSTITUI O CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CONGRESSO NACIONAL

IDENTIFICAÇÃO: RRC 2/2024

EMENTA: Recomenda ao Congresso Nacional a deliberação de um projeto de lei para alterar a composição do Conselho de Comunicação Social e disciplinar o procedimento de eleição dos seus membros.

ÍTEGRA: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/pesquisa/-/materia/166047>

RESUMO:

Em 4 de novembro de 2024, na 11ª reunião do ano, o Conselho de Comunicação Social aprovou a Recomendação nº 2, de 2024, sugerindo ao Congresso Nacional a aprovação de um projeto de lei para alterar a Lei nº 8.389, de 1991, que institui o Colegiado.

As principais alterações recomendadas foram:

- O Conselho passaria a ter 17 membros titulares, sendo cinco ligados à classe patronal (empresas de

rádio, televisão, imprensa escrita, telecomunicações e o engenheiro com notório saber), outros cinco ligados à classe trabalhadora (jornalistas, radialistas, artistas, cinema e vídeo e telecomunicações) e mais sete representantes da sociedade civil, com igual número de suplentes;

- As indicações das classes patronal e profissional viriam preferencialmente das entidades representativas das empresas e das entidades sindicais nacionais dos trabalhadores;
- Os representantes da sociedade civil seriam indicados por instituições de atuação nacional que comprovadamente representem segmentos expressivos da sociedade, por meio de chamada pública organizada pelo próprio Conselho, sem prejuízo do envio direto de sugestões à Mesa do Congresso Nacional;
- Os suplentes assumiriam o mandato em caso de vacância do titular;
- O Congresso Nacional passaria a ter um prazo para realizar a eleição do Conselho, até três meses antes do encerramento do mandato da composição em vigor, com a posse sendo realizada em até 30 dias após o fim do mandato;
- Caso o prazo de eleição seja descumprido, ficariam prorrogados os mandatos dos membros correntes do Conselho, até a nova eleição e posse.

RECOMENDAÇÃO SOBRE
A NECESSIDADE DE
REGULAMENTAÇÃO DO VÍDEO
POR DEMANDA NO BRASIL

IDENTIFICAÇÃO: RRC 2/2025

EMENTA: Recomenda ao Congresso Nacional a aprovação de um projeto de lei regulamentando o vídeo por demanda no Brasil.

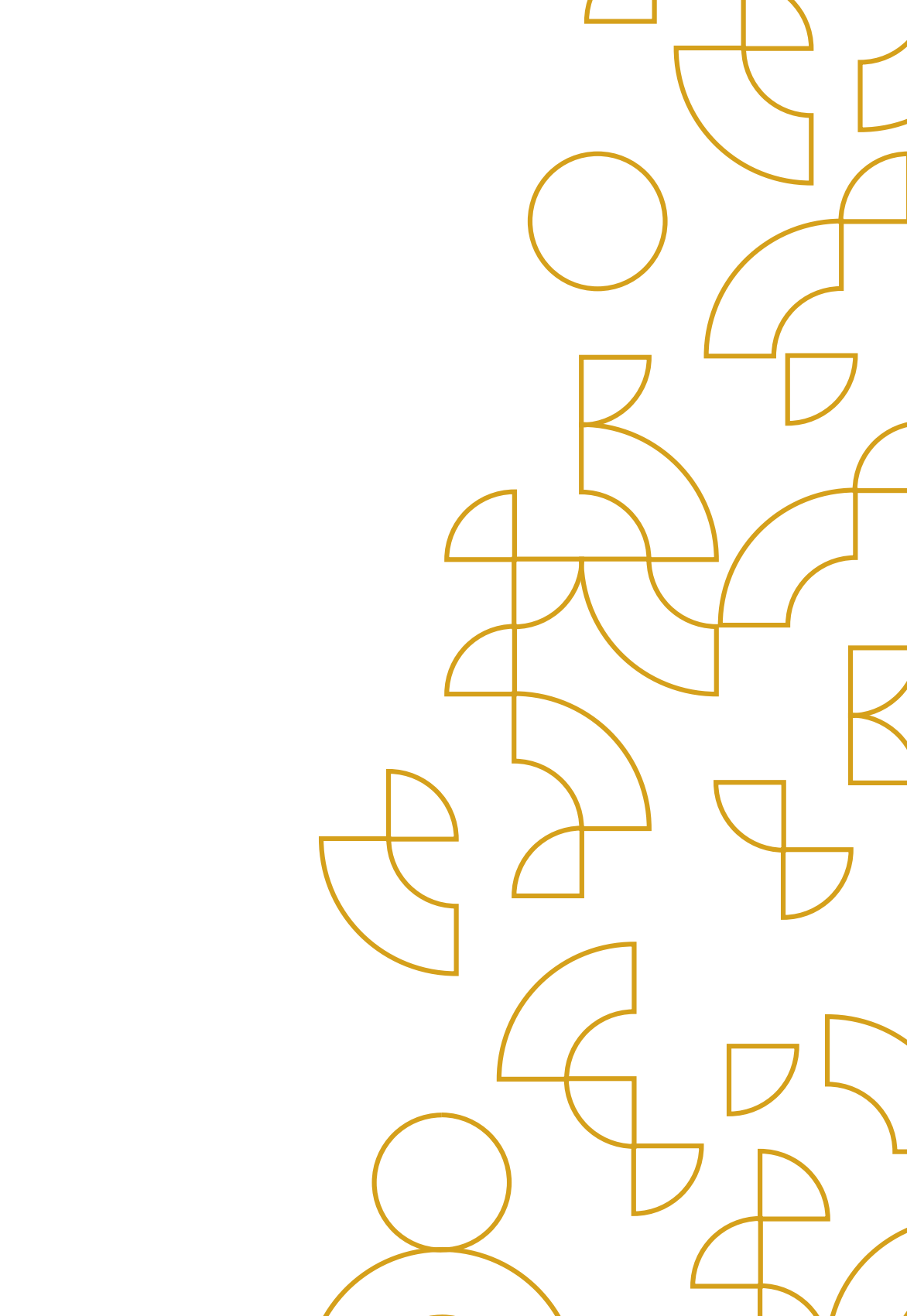
ÍNTEGRA: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/pesquisa/-/materia/168011>;

RESUMO:

Em 7 de abril de 2025, na 6ª reunião ordinária de 2025, a 6ª Composição do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em seu último encontro, aprovou a Recomendação nº 2, de 2025, sugerindo aos senadores e deputados a aprovação de um projeto de lei regulamentando o vídeo por demanda no Brasil. A Recomendação resulta de três audiências públicas sobre o tema realizadas pela sexta composição.

O relatório apresentado pela conselheira Sonia Santana, representante das categorias profissionais de cinema e vídeo, trata

do crescimento do mercado de vídeo por demanda e apresenta propostas para a regulação nacional, incluindo medidas como a imposição de quotas de conteúdo nacional, a garantia de direitos aos produtores, a produção de conteúdo audiovisual independente, o pagamento de plataformas de *streaming* ao Condecine e a obrigação de proeminência para conteúdos brasileiros.



HISTÓRICO DO
CONSELHO DE
COMUNICAÇÃO
SOCIAL DO
CONGRESSO
NACIONAL

HISTÓRICO DO CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CONGRESSO NACIONAL

O Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional foi previsto no Capítulo V (Da Comunicação Social) da Constituição Federal de 1988, nos seguintes termos:

Art. 224. Para os efeitos do disposto neste capítulo, o Congresso Nacional instituirá, como seu órgão auxiliar, o Conselho de Comunicação Social, na forma da lei.

Pouco mais de três anos depois da promulgação da Constituição, foi publicada a Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991, que “institui o Conselho de Comunicação Social, na forma do art. 224 da Constituição Federal e dá outras providências”.

Segundo a lei, o Conselho tem como atribuição a realização de estudos, pareceres, recomendações e outras solicitações que lhe forem encaminhadas pelo Congresso Nacional a respeito do Título VIII, Capítulo V, da Constituição Federal.

A lei dispõe que o Conselho será formado por 13 membros titulares e igual número de suplentes, divididos da seguinte forma: um representante das empresas de rádio; um representante das empresas de televisão; um representante de empresas

da imprensa escrita; um engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social; um representante da categoria profissional dos jornalistas; um representante da categoria profissional dos radialistas; um representante da categoria profissional dos artistas; um representante das categorias profissionais de cinema e vídeo; e cinco membros representantes da sociedade civil. O presidente do Colegiado deve ser eleito pelos pares entre os cinco titulares da sociedade civil.

Assim, nota-se que a lei estruturou o Conselho em três categorias, cada uma com quatro votos: os representantes das empresas, os representantes das categorias profissionais e os representantes da sociedade civil. O presidente, oriundo da sociedade civil, ficaria com o voto de desempate.

A lei ainda dispôs, em seu art. 4º, § 2º, que “os membros do conselho e seus respectivos suplentes serão eleitos em sessão conjunta do Congresso Nacional, podendo as entidades representativas dos setores mencionados nos incisos I a IX deste artigo sugerir nomes à mesa do Congresso Nacional”. O mandato ficou estabelecido em dois anos.

Desde a promulgação da lei, houve seis eleições para o Conselho. A primeira ocorreu em 5 de junho de 2002. A primeira composição foi presidida pelo conselheiro José Paulo Cavalcanti Filho, tendo como vice o conselheiro Jayme Sirotsky.

Logo após o final do primeiro mandato, foi realizada a segunda eleição do Conselho de Comunicação Social na Sessão Conjunta do Congresso Nacional de 22 de dezembro de 2004. A segunda composição foi presidida pelo conselheiro Arnaldo

Niskier, tendo como vice inicialmente o conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso e, posteriormente, o conselheiro João Monteiro de Barros Filho.

Depois do fim do mandato da segunda composição em 2006, o Conselho ficou inativo por seis anos. Somente em 17 de julho de 2012 houve a terceira eleição, com mandato válido até meados de 2014. Nessa terceira composição, o conselheiro Dom Orani João Tempesta foi eleito presidente, tendo como vice o conselheiro Fernando Cesar Mesquita.

Após novo interstício de praticamente um ano, a quarta eleição foi realizada na Sessão do Congresso Nacional de 8 de julho de 2015. O conselheiro Miguel Ângelo Cançado foi eleito presidente, tendo como vice o conselheiro Ronaldo Lemos.

Antes do fim do mandato da quarta composição, foi realizada a 5ª eleição na Sessão do Congresso Nacional de 13 de julho de 2017. A quinta composição atuou entre 2017 e 2019, sob a presidência do conselheiro Murillo de Aragão, que tinha como vice o conselheiro Marcelo Cordeiro.

A atual sexta composição, que ora se encerra, foi eleita em 3 de março de 2020, mas só tomou posse em 3 de maio de 2023, por conta da pandemia de covid-19. A presidência ficou a cargo do conselheiro Miguel Matos, tendo como vice a conselheira Patrícia Blanco.

O Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional possui um Regimento Interno próprio, aprovado como anexo ao Ato da Mesa do Senado nº 1, de 2013. Consoante o Regimento, o órgão reúne-se na primeira segunda-feira de cada mês, nas

dependências do Congresso Nacional, no período da sessão legislativa do Congresso Nacional.

1ª composição do Conselho (2002 a 2004), presidida pelo conselheiro José Paulo Cavalcanti Filho.



2ª composição do Conselho (2004 a 2006), presidida pelo conselheiro Arnaldo Niskier.





3ª composição do Conselho (2012 a 2014), presidida pelo conselheiro Dom Orani João Tempesta.

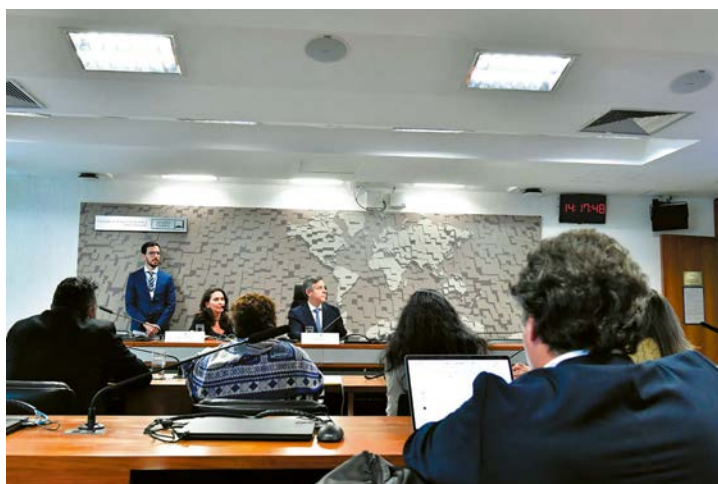


4ª composição do Conselho (2015 a 2017), presidida pelo conselheiro Miguel Ângelo Cançado.

5ª composição do Conselho (2017 a 2019), presidida pelo conselheiro Murillo de Aragão.



6ª composição do Conselho (2023 a 2025), presidida pelo conselheiro Miguel Matos.



HOMENAGEM AO CONSELHEIRO FÁBIO MATEUS



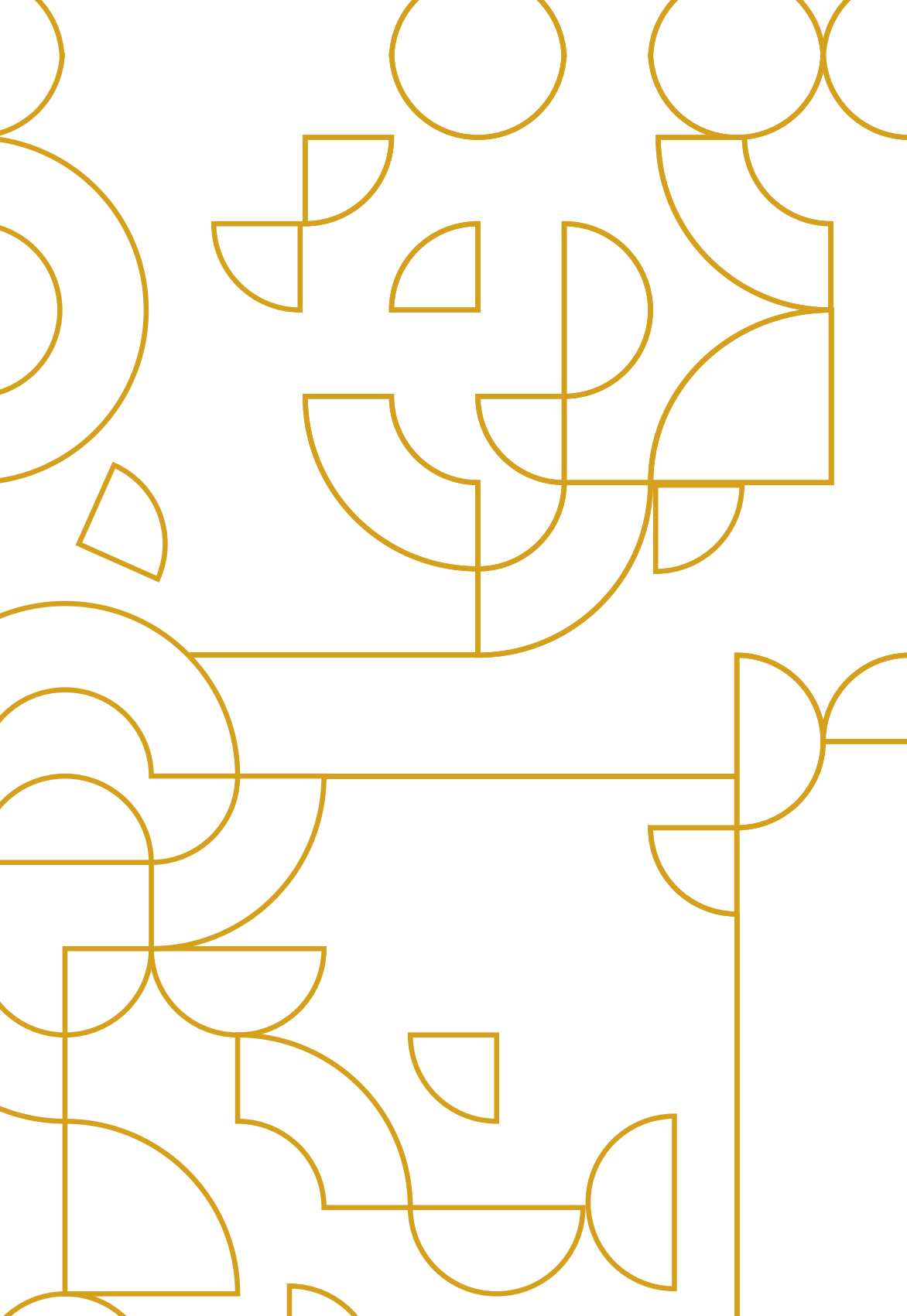
Conselheiro Fábio Mateus em reunião do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional.

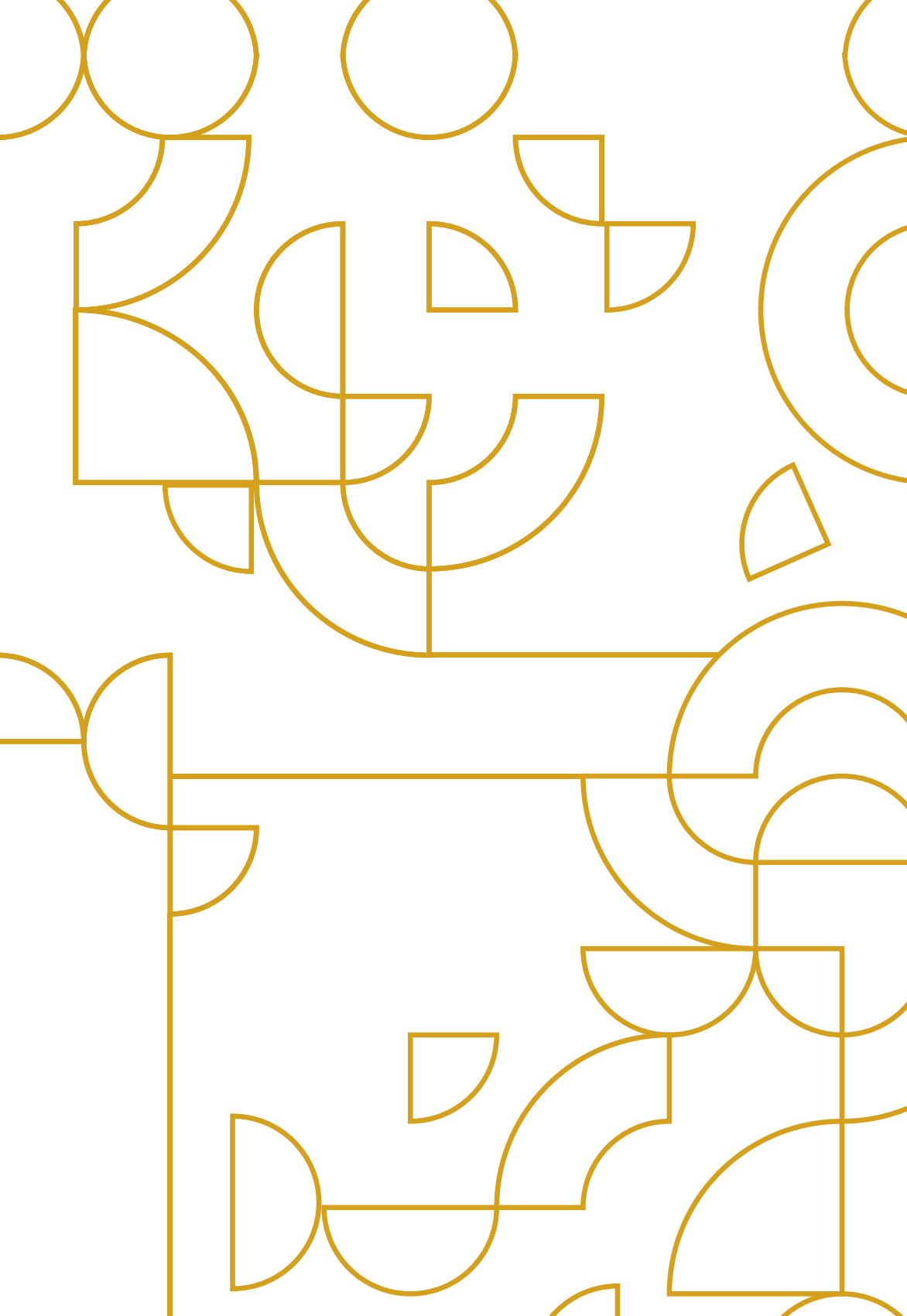
Dois meses após tomar posse, o conselheiro Fábio Mateus, representante da categoria profissional dos artistas na 6ª Composição do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, sofreu um acidente durante a gravação de um show em Queimados (RJ). A situação de saúde do conselheiro agravou-se durante os meses seguintes e ele veio a falecer no dia 7 de outubro de 2023, aos 46 anos, no Rio de Janeiro.

Fábio Mateus era ator, produtor e empreendedor social, destacando-se ao longo da carreira por promover o teatro na Baixada Fluminense, produzindo e atuando em inúmeros espetáculos e incentivando e lançando novos talentos da região.

O conselheiro era fundador e coordenador-geral da Escola de Cinema Encontrarte Audiovisual, que produziu mais de 200 apresentações, alcançou um público de cerca de 150 mil pessoas e envolveu mais de 5 mil artistas e técnicos.

A 6ª Composição do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional dedica este trabalho à memória do conselheiro Fábio Mateus.





Relatório de Gestão da 6ª Composição do Conselho de Comunicação Social foi projetado e composto pelo Serviço de Formatação e Programação Visual do Senado Federal. As fontes utilizadas são a Merriweather, corpo 8,7, desenhada em 2011 pela Sorkin Type, de Western Massachussets, EUA; a Source Sans Variable, corpo 16, criada em 2012 por Paul D.Hunt, inspirada nas fontes góticas dos American Type Founders de Morris Fuller Benton, e a Open Sans, corpo 6,8, projetada em 2011 por Steve Matteson.

O livro foi impresso em papel Offset 75,00 g/m² nas oficinas da Secretaria de Editoração e Publicações do Senado Federal, em Brasília. Acabou-se de imprimir em dezembro de 2025.



Brasil. Congresso Nacional. Conselho de Comunicação Social.
Relatório de gestão da 6ª composição do Conselho de
Comunicação Social. -- Brasília : Senado Federal, 2025.
149 p. : il., fots.

ISBN 978-65-5676-655-3

1. Comunicação social, relatório, 2023-2025. 2. Brasil.
Congresso Nacional. Conselho de Comunicação Social,
relatório, 2023-2025. I. Título.

CDD 302.2



Baixe gratuitamente
este livro em seu celular

